INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Acolhimento Familiar na 1ª Pessoa

Marta Sofia Cunha Marques

Mestrado em Serviço Social

Orientador:
Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Catedrático,

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

2026

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Acolhimento Familiar na 1ª Pessoa

Marta Sofia Cunha Marques

Mestrado em Serviço Social

Orientador:
Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Catedrático,

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

2026

Dedicatória:

Ao meu pai, porque a distância nunca foi maior do que o amor.

À minha mãe, que sempre fez do amor o meu lugar de regresso.

À minha avó, a minha estrela, que continua a iluminar o meu caminho.

Às crianças e às famílias de acolhimento, por serem esperança num futuro melhor, inspiração e o propósito deste trabalho.

A todos os que fizeram parte deste bonito percurso, o meu mais sincero obrigada.

Agradecimentos

Chegar ao fim deste percurso representa muito mais do que a conclusão de uma dissertação de mestrado. Representa anos de aprendizagem, desafios, crescimento pessoal e profissional e a certeza de que nenhuma conquista se alcança sozinha. Assim, é com um profundo sentimento de gratidão que dirijo estas palavras a todos aqueles que, de diferentes formas, fizeram parte desta caminhada.

À minha família, em especial aos meus pais e à minha irmã, obrigada pelo amor incondicional, pelo apoio constante e por nunca deixarem de acreditar em mim. Foram sempre o meu porto seguro e a força que me impulsionou a seguir em frente. Obrigada por acreditarem sempre em mim, por celebrarem cada conquista como se fosse vossa e por ensinarem, desde cedo, que a persistência e o trabalho são os alicerces de qualquer sonho. Ao meu sobrinho Henrique, por seres a luz dos meus olhos e me lembrares, todos os dias, o verdadeiro significado de esperança, amor e felicidade.

Aos meus avós que continuam presentes em cada passo que dou. Levo comigo os valores, o carinho e a força que sempre me transmitiram. Este momento também lhes pertence.

Aos meus amigos, o meu sincero obrigado. Em especial, à Rute, à Cristiana e à Joana, obrigada pela amizade verdadeira, pelas palavras de incentivo e por compreenderem todas as ausências que esta caminhada implicou. A vossa presença fez e fará sempre toda a diferença na minha vida.

À Escola Superior de Educação de Castelo Branco, onde iniciei o meu percurso académico e onde nasceu a minha paixão pelo Serviço Social, e ao ISCTE, que me proporcionou um percurso de crescimento académico e pessoal marcado pela exigência, pelo rigor e pela excelência. Um agradecimento especial ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Ferreira, pela orientação, disponibilidade e partilha de conhecimento ao longo deste trabalho.

À IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda, um agradecimento especial por me acolherem tão bem e me permitirem crescer diariamente enquanto profissional e pessoa. Sobretudo, obrigada pela oportunidade de integrar uma Associação que, diariamente, demonstra um profundo compromisso com a proteção e o bem-estar das crianças e jovens. São sem dúvida a maior família do mundo.

Por fim, às famílias de acolhimento e, sobretudo, às crianças. São elas a razão deste trabalho e a inspiração que me motiva a continuar a aprender, a investigar e a acreditar que todas as crianças merecem crescer num ambiente de amor, proteção e segurança.

A todos os que fizeram parte desta caminhada, o meu mais profundo e sincero obrigado.

Resumo

O acolhimento familiar constitui-se como uma medida de colocação preferencial para crianças e jovens em situação de perigo, privilegiando o seu desenvolvimento em contexto familiar. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as perceções das famílias acompanhadas pela Instituição de Enquadramento de Acolhimento Familiar das Aldeias de Crianças SOS da Guarda relativamente ao processo do acolhimento familiar e ao acompanhamento técnico prestado.

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, recorrendo ao método de estudo de caso. A recolha de dados foi realizada através da análise documental e de entrevistas semiestruturadas a cinco famílias de acolhimento acompanhadas pela referida instituição. Os dados foram submetidos a análise de conteúdo, permitindo identificar as principais dimensões das experiências das famílias no exercício do acolhimento familiar.

Os resultados evidenciam que o acolhimento familiar é percecionado como uma experiência simultaneamente exigente e enriquecedora, marcada por um forte compromisso com o bem-estar das crianças. O acompanhamento técnico revelou-se determinante para a estabilidade da medida, sendo amplamente valorizado pela proximidade, disponibilidade e suporte prestado às famílias. O estudo identifica ainda desafios relacionados com a indefinição atempada dos projetos de vida das crianças, a articulação entre os intervenientes do sistema de promoção e proteção e a necessidade de reforçar a divulgação, sensibilização e desenvolvimento do acolhimento familiar em Portugal.

Palavras-Chaves: Acolhimento Familiar; Famílias de Acolhimento; Acompanhamento Técnico; Serviço Social; Sistema de Promoção e Proteção.

Abstract

Foster care is considered a preferred placement option for children and youth at risk, prioritizing their development within a family setting. The objective of this study was to analyze the perceptions of families supported by the Foster Care Coordination Office of the SOS Children's Villages in Guarda regarding the foster care process and the technical support provided.

The study adopted a qualitative approach, using the case study method. Data were collected through document analysis and semistructured interviews with five foster families supported by the aforementioned institution. The data were subjected to content analysis, which made it possible to identify the main aspects of the families' experiences in providing foster care.

The results show that foster care is perceived as an experience that is both demanding and enriching, marked by a strong commitment to the children's well-being. Technical support proved to be crucial for the stability of the arrangement and was highly valued for the closeness, availability, and support provided to the families. The study also identifies challenges related to the lack of timely definition of the children's life plans, coordination among stakeholders in the child welfare system, and the need to strengthen outreach, awareness-raising, and the development of foster care in Portugal.

Key-Words: Foster Care; Foster Families; Technical Support; Social Work; Child Protection System.

Índice

Agradecimentos ..... **i**

Resumo ..... **iii**

Abstract ..... **v**

Índice ..... **vii**

Índice de Tabelas ..... **viii**

Lista de Siglas ..... **ix**

Introdução **1**

Capítulo 1 - Problematização do Tema de Pesquisa **3**

1.1- Enquadramento Legal do Acolhimento Familiar em Portugal 3

1.1.1-O Acolhimento Familiar no Direito Europeu e Internacional 5

1.2- As Políticas Públicas de suporte às famílias de acolhimento 6

1.3- Famílias de Acolhimento e o Papel das IEAF: contextos e desafios 8

1.4- O Acolhimento Familiar como campo de atuação do Serviço Social 11

Capítulo 2 - Metodologia de Investigação **14**

2.1- Campo Empírico 14

2.2- Método 14

2.3- Amostra 15

2.4- Técnicas de Recolha e Tratamento dos Dados 16

2.5- Princípios Éticos da Investigação 17

Capítulo 3 - Análise e Discussão dos Resultados **19**

3.1- Percursos e Caracterização das Famílias 19

3.1.2- Contacto com a Medida de Acolhimento Familiar 21

3.2- Motivações para o Acolhimento Familiar 22

3.3- Candidatura e Processo de Formação 23

3.3.1- Experiências Prévias ao Acolhimento 25

3.5- Integração da Criança e Dinâmicas Familiares 27

3.5.1- Chegada e Adaptação Inicial da Criança 27

3.5.2- Impacto nas rotinas e organização familiar 28

3.6- Dimensão Emocional do Acolhimento 30
3.7- Relação com a Família de Origem 31
3.8- Acompanhamento Técnico 33
3.9- Perceção das Famílias sobre as Aldeias de Crianças SOS 35
3.10- Desafios e Propostas da Melhoria da Medida de Acolhimento Familiar 36
Conclusão 39
Fontes 41
Referências Bibliográficas 43
Anexos 45
Anexo A- Autorização Institucional 45
Anexo B- Consentimento Informado 47
Anexo C- Guião de Entrevista Semiestruturada aplicada às Famílias de Acolhimento 49

Índice de Tabelas

Tabela 1-Caracterização das FA 19
Tabela 2- Caracterização Específica das FA 20

Lista de Siglas

AF – Acolhimento Familiar

Art – Artigo

AS – Assistente Social

C/J – Crianças e Jovens

DL – Decreto-Lei

FA – Família de Acolhimento

FO – Família de Origem

IEAF – Instituição de Enquadramento de Acolhimento Familiar

LPCJ – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

MPP – Medida de Promoção e Proteção

SS – Serviço Social

Introdução

O presente trabalho de investigação, intitulado "O Acolhimento Familiar na 1ª Pessoa", centra-se nas experiências vividas pelas famílias no contexto do acolhimento familiar (AF) e na avaliação que estas atribuem ao acompanhamento prestado pelos profissionais da Instituição de Enquadramento para o Acolhimento Familiar (IEAF) das Aldeias de Crianças SOS da Guarda. O AF assume, atualmente, uma importância crescente no Sistema de Promoção e Proteção das crianças e jovens (C/J).

O AF constitui uma medida de promoção e proteção (MPP) que prevê a integração temporária de C/J em famílias habilitadas quando a permanência na família de origem (FO) deixa de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. O atual regime jurídico português reconhece às Famílias de Acolhimento (FA) direitos sociais, fiscais e laborais, como o apoio pecuniário e a inclusão da criança acolhida no agregado familiar, aproximando o modelo português das boas práticas europeias (Delgado, 2020)

A compreensão das vivências das FA é fundamental para a melhoria das práticas profissionais e das políticas públicas. Neste contexto, este estudo procura dar voz às FA em acompanhamento na IEAF supra, valorizando as suas perceções sobre o processo de acolhimento e acompanhamento técnico recebido. Como refere Delgado (2020), conhecer as motivações, as experiências e as dificuldades das famílias permite identificar necessidades e construir respostas mais ajustadas às realidades do terreno, promovendo a sustentabilidade da medida. Tal como defende Nutt (2006), é crucial compreender as contradições, os conflitos e as ambiguidades que os cuidadores enfrentam para podermos apoiar de forma mais eficaz aqueles que assumem um papel tão central no cuidado de crianças em situação de vulnerabilidade (citado de Diogo, 2017).

A investigação parte de uma questão inicial: Como percebem as Famílias de Acolhimento acompanhadas pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda o processo de AF e o acompanhamento técnico de que beneficiam? Desta questão decorrem as seguintes perguntas:

- Como percebem as famílias acompanhadas pela IEAF das Aldeias SOS da Guarda o processo de acolhimento familiar?
- Quais são as experiências positivas e os desafios que enfrentam ao longo do acolhimento?
- Como avaliam as famílias o acompanhamento técnico prestado pelos profissionais da IEAF?
- Que necessidades ou lacunas identificam as famílias no processo de acolhimento?
- Que estratégias podem ser sugeridas para melhorar o acompanhamento e a experiência das famílias no exercício do acolhimento familiar?

O objetivo geral desta investigação consistiu em analisar a experiência e perceção das famílias acompanhadas pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda relativamente ao AF, considerando tanto a vivência da medida como o acompanhamento técnico prestado pelos profissionais. Para atingir este objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o perfil das famílias em acolhimento na IEAF das Aldeias SOS da Guarda;
- Analisar a perceção das famílias sobre o Acolhimento Familiar enquanto Medida de Promoção e Proteção;
- Identificar experiências positivas e desafios enfrentados pelas famílias durante o acolhimento;
- Avaliar a perceção das famílias relativamente ao acompanhamento técnico realizado pelos profissionais da IEAF;
- Elaborar recomendações práticas para melhorar a experiência do acolhimento familiar e o acompanhamento técnico, a partir do estudo de caso.

O objeto de estudo centra-se nas perceções e experiências das FA acompanhadas pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda, campo empírico deste estudo, procurando compreender como vivem o processo de AF e como avaliam o acompanhamento técnico que lhes é prestado. Este enfoque contribuiu para da visibilidade à voz das famílias e para fortalecer o papel das IEAF enquanto mediadoras e promotoras de qualidade no AF.

Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvido através de um estudo de caso (Yin, 2014). A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas às FA acompanhadas e em exercício do AF, complementadas por análise documental, os resultados foram interpretados com base na análise de conteúdo, respeitando os princípios éticos da investigação em Serviço Social (SS).

A dissertação estrutura-se em três capítulos: o Capítulo 1- Problematização do Tema- apresenta o (1.1) Enquadramento legal do Acolhimento Familiar, (1.1.1) O Acolhimento Familiar no Direito Europeu e Internacional, (1.2) As Políticas Públicas de suporte às Famílias de Acolhimento, (1.3) Famílias de Acolhimento e o Papel das IEAF: contextos e desafios; (1.4) O Acolhimento Familiar como campo de atuação do Serviço Social. O Capítulo 2 descreve a metodologia adotada, incluindo os procedimentos de recolha e análise dos dados e os princípios éticos da investigação. O Capítulo 3 centra-se na análise e discussão dos resultados, articulando dados empíricos com os referenciais teóricos. Por fim, apresentam-se as conclusões da pesquisa, destacando os principais resultados e contributos do estudo, as suas limitações, sugestões para futuras investigações e os contributos da pesquisa para a intervenção do Serviço Social no AF.

Em síntese, este estudo pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o AF, valorizando a perspetiva das famílias e reforçando a importância do acompanhamento técnico qualificado. Ambiciona, assim, oferecer contributos que possam apoiar a intervenção das IEAF e o aperfeiçoamento das políticas públicas, promovendo o bem-estar das C/J e reconhecendo o papel essencial das FA, que dão vida a esta medida e tornam possível a concretização do direito de cada criança a crescer num ambiente familiar seguro, estável e promotor do seu desenvolvimento integral.

Capítulo 1 - Problematização do Tema de Pesquisa

1.1- Enquadramento Legal do Acolhimento Familiar em Portugal

O Acolhimento Familiar (AF) constitui uma das medidas de promoção e proteção mais relevantes no sistema português de proteção à infância, refletindo a evolução legislativa e social do país no reconhecimento do direito de cada criança crescer em ambiente familiar. A trajetória do AF em Portugal traduz-se num processo de transição gradual de um modelo predominantemente institucional e assistencialista para um paradigma centrado na família, na comunidade e na individualização do cuidado (Delgado & Gersão, 2018; Delgado, 2020), em conformidade com as normas internacionais sobre os direitos das crianças (ONU, 1989).

Um marco estruturante e fundamental desta transformação é a Lei de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei nº 147/99, de 1 de setembro, que estabelece os princípios e as medidas de promoção e proteção de crianças e jovens (C/J) em perigo, integrando o AF como uma das respostas privilegiadas (artª35). Inspirada na Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), esta lei vem dar uma nova visão da infância, reconhecendo a criança como um sujeito de direitos e não como um objeto de tutela. O artigo (art.) 4º da LPCJP fixa princípios que moldam todo o sistema de Promoção e Proteção (PP): o superior interesse da criança, a prevalência da família sob qualquer forma de institucionalização, a subsidiariedade (isto é, a intervenção mínima necessária), a continuidade das relações afetivas e o direito à participação e audição da C/J e da sua família. O AF surge como uma medida de colocação temporária em ambiente familiar alternativo ao de origem que visa proporcionar à C/J cuidados estáveis e individualizados. Esta colocação tem como principal objetivo garantir segurança, estabilidade emocional e a integração social evitando ruturas adicionais após a experiências de abandono, negligência e/ou maus-tratos.

Apesar de consagrado legalmente desde 1999, o AF permaneceu durante anos com expressão residual, em contraste com o predomínio do acolhimento residencial (AR). Como salientam Delgado & Gersão (2018), a retórica legal da centralidade da família não foi acompanhada de mecanismos institucionais e financeiros eficazes. O DL nº 11/2008, de 17 de janeiro, veio colmatar parcialmente essa lacuna, ao dispor de regulamentação própria, definindo critérios de recrutamento, formação e acompanhamento de famílias, ainda que de forma experimental. Este diploma representou o primeiro passo de profissionalização do AF.

A Lei nº/142/2015, de 8 de setembro, que alterou a LPCJP, consolidou o AF como uma medida de proteção integral, aplicável independentemente da previsibilidade de retorno à FO. Esta revisão consagrou a preferência do AF sobre o AR, sobretudo para crianças até aos seis anos de idade, alinhando a legislação portuguesa com as orientações internacionais que priorizam contextos familiares como os mais favoráveis ao desenvolvimento emocional e cognitivo da criança (Delgado & Gersão, 2018).

Um avanço decisivo ocorreu com aprovação do DL nº 139/2019, de 16 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico de Execução do Acolhimento Familiar. Este diploma introduziu uma estrutura

organizacional mais robusta definindo as fases do processo do AF e conferindo às IEAF um papel central na formação, seleção, supervisão e acompanhamento das famílias. O art.23º consagra vários direitos das C/J em acolhimento, entre os quais: direito à continuidade de fratrias, à educação e à saúde em condições de igualdade, e à estabilidade da colocação, reiterando-se a importância de uma vivência familiar segura e previsível. Segundo Delgado (2020) e Rodrigues (2025), este diploma traduz a institucionalização plena do AF, ao integrar todos os intervenientes- famílias, técnicos, CPCJ, tribunais e IEAF- num circuito coerente e multidisciplinar.

Recentemente, a Lei nº 37/2025, de 31 de março, vem reforçar o estatuto jurídico do AF, consagrando-o como medida preferencial face ao Acolhimento Residencial (AR), a lei insere algumas alterações como: a elegibilidade de familiares próximos e candidatos à adoção como FA, desde que tal respeite o superior interesse da C/J; o alargamento do apoio pecuniário a todos as FA, garantindo maior equidade; o direito das C/J acederem a terapeuta de referência, frequentarem estabelecimentos de ensino próximos e beneficiarem de apoios específicos no ensino superior; e a possibilidade de manutenção de vínculos com a FA após a cessação da medida, sempre que tal corresponda ao superior interesse da C/J. Estas alterações refletem a consolidação de uma perspetiva centrada no bem-estar e continuidade emocional das crianças acolhidas, reforçando o papel das famílias enquanto agentes de promoção do seu desenvolvimento integral.

Apesar destes avanços normativos, a literatura converge a constatação de um fosso entre o quadro legal e a realidade prática. Segundo o Relatório CASA[1] 2024 (ISS, 2025), apenas 4,7% das C/J acolhidos em Portugal estavam em FA apesar de ter um aumento de 1,6%, 81,1% das C/J% permaneciam em instituições. Este desfasamento evidencia o que Delgado & Gersão (2018) denominam retórica da centralidade da família sem reorganização dos recursos, resultado da insuficiente cobertura territorial das IEAF, de escassez de famílias certificadas e de apoios financeiros limitados.

Vários autores (Diogo, 2017; Delgado, 2020; Alves 2024; Rodrigues, 2025) salientam que o desafio atual do sistema português reside menos na produção legislativa e mais na implementação prática e sustentável da medida. Apesar de Portugal ter alcançado um enquadramento jurídico de vanguarda, o AF continua a depender fortemente da sociedade civil, através das IEAF, o que reflete a falta de uma política pública unificada e equitativa.

A recente Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2025, que aprovou a Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035, surge como um reforço político e programático do compromisso do estado português com a promoção do AF. Esta estratégia propõe uma abordagem multissetorial centrada na criança, integrando políticas de saúde, educação, habitação e ação social. Entre as suas estratégias destaca-se o "direito da criança crescer em ambiente familiar" tendo como linha de ação associada a promoção do AF

[1] https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/0/Relat%C3%B3rio+Casa+2024/d672f9d9-ef67-474c-8b78-65dee1f040bb

O enquadramento legal do AF reflete o esforço de Portugal em alinhar-se com os padrões internacionais de promoção da vida familiar, mas também as contradições de um Estado-Providência mediterrânico, onde o peso simbólico da família não é ainda acompanhado por uma política pública estruturada e sustentável (Martins, 2002).

1.1.1- O Acolhimento Familiar no Direito Europeu e Internacional

A construção do regime jurídico do AF em Portugal não pode ser compreendida sem referência ao quadro europeu e internacional que lhe serve de base. O princípio segundo o qual toda a criança tem o direito de crescer num ambiente familiar seguro e afetivo encontra-se consagrado em diversos instrumentos internacionais e orientações políticas que influenciaram diretamente a legislação portuguesa e as reformas subsequentes. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) consagra, no seu artigo 16º, nº 3, que "a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade" (ONU, 1948). Este princípio é reforçado pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, que obriga os Estados a adotar medidas de proteção adequadas à família e às crianças, especialmente em contexto de fragilidade (ONU, 1966).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela ONU em 1989 e ratificada por Portugal em 1990, representa o mais relevante instrumento internacional nesta matéria. No artigo 20º, a CDC reconhece que sempre que uma criança seja privada, de forma temporária ou definitiva, do seu meio familiar, o Estado deve assegurar-lhe cuidados alternativos adequados, incluindo expressamente o AF e a adoção, devendo o superior interesse da criança orientar todas as decisões (ONU, 1989). A Resolução 64/142 da Assembleia Geral das Nações Unidas (2010), que aprovou as *Guidelines for the Alternative Care of Children*, veio reforçar esta lógica, recomendando a todos os Estados que privilegiem contextos familiares em detrimento dos cuidados institucionais. Estas diretrizes enfatizam a necessidade de estratégias de desinstitucionalização, sobretudo para crianças mais novas, para quem o ambiente familiar é particularmente benéfico ao desenvolvimento emocional e social (ONU, 2010).

Em 2014, o Comité dos Direitos das Crianças da ONU manifestou preocupação relativamente ao contexto português, alertando para o uso excessivo do acolhimento residencial e para o número reduzido de famílias de acolhimento, apelando à criação de estratégias nacionais de desinstitucionalização com metas concretas (CRC, 2016)[2]. Este parecer veio impulsionar novas reformas em Portugal, incluindo o reforço de supervisão técnica e de formação das famílias (Rodrigues, 2025).

A Comissão Europeia publicou, em 2013, a Recomendação nº 112, que apelava à substituição progressiva das instituições por cuidados baseados na comunidade, salientando a necessidade de serviços que permitam às crianças crescer em ambiente familiar. Este movimento juntamente como a

[2] https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/cdc_recomendacoes_a_portugal.pdf

campanha *Opening Doors for Europe's Children*[3], impulsionadas pela Eurochild, promoveram a desinstitucionalização em toda a Europa (Eurochild, 2017).

Porém, como observam Del Valle & Bravo (2013), existe uma grande diversidade entre países europeus: nos regimes social-democratas e liberais (como o Reino Unido ou a Noruega), o AF representa mais de 70% dos acolhimentos, enquanto nos países mediterrânicos, incluindo Portugal, prevalece ainda o AR. Esta diferença reflete, segundo Esping- Andersen (1990), as características do modelo do Estado-Providência, onde a forte centralidade da família coexiste com fraca intervenção do estado e políticas familiares limitadas (citado por Rodrigues, 2025)

Relatórios recentes, como o da UNICEF (2024) *"Pathways to Better Protection"* confirmam esta disparidade. Entre 42 países da Europa e da Ásia Central, Portugal apresenta uma das maiores taxas de institucionalização, com cerca de 95% das crianças acolhidas em AR. Estes dados sublinham o desafio que o país enfrenta para concretizar, na prática, os compromissos assumidos no plano internacional de promoção de soluções familiares e comunitárias.

O AF em Portugal está inserido num contexto de alinhamento jurídico europeu, mas de implementação tardia, onde o avanço legislativo não tem sido acompanhados por investimento público e reorganização estrutural. Este enquadramento institucional reforça a importância de compreender como, a nível local, as FA vivenciam e percecionam o AF (Rodrigues, 2025).

1.2- As Políticas Públicas de suporte às famílias de acolhimento

A efetivação do AF, enquanto medida de PP de C/J em perigo, depende fortemente da existência de políticas públicas consistentes, articuladas e sustentadas, capazes de garantir as condições adequadas para o exercício das funções de família de acolhimento. Sendo uma medida que implica exigências quer emocionais, relacionais e estruturais significativas para quem acolhe, torna-se crucial que o Estado, através das suas políticas sociais, assegure as condições mínimas para que as famílias possam exercer essas funções com estabilidade, segurança e dignidade (Delgado et al., 2014; Diogo, 2017; Rodrigues, 2025).

O modelo português de políticas sociais, está profundamente ligado às características do Estado-Providência nacional. De acordo com Esping-Andersen (1990 como citado em Rodrigues, 2025), Portugal, inserido no modelo *welfare state* mediterrânico, apresenta uma versão menos desenvolvida deste sistema, característica partilhada por outros países do sul da Europa (Diogo, 2017; Rodrigues, 2025). Do ponto de vista das políticas familiares, esta realidade reflete-se num subdesenvolvimento das respostas públicas, compensado por fortes valores familiares e comunitários, característicos do modelo de "família sulista" (Martins, 2002).

O quadro jurídico atual, definido pelo DL nº 139/2019, além de consolidar o AF como medida preferencial e estabelecer um regime de execução detalhado, reforça os direitos das FA. Este diploma

[3] https://eurochild.org/uploads/2021/02/Opening-Doors-QA.pdf

representam um marco na consolidação das Políticas Públicas, ao reconhecer o papel das famílias como parceiros ativos no sistema de proteção e ao garantir-lhes apoio técnico, financeiro e social. Entre as inovações mais significativas, destaca-se a consagração dos direitos das FA, que passam a beneficiar, com as devidas adaptações, de proteção na parentalidade e subsídios sociais equivalentes aos previstos para os pais biológicos (DL nº 91/2009; Dl nº 89/2009). Esta medida traduz um reconhecimento do valor social do acolhimento e procura atenuar as desigualdades face às famílias biológicas, permitindo aos cuidadores usufruir de licenças parentais, faltas justificadas para assistência à criança e subsídios de maternidade, paternidade ou adoção.

O diploma reforça o direito à formação inicial e contínua, elemento essencial para garantir a qualidade do acolhimento e a capacitação das famílias. As FA têm direito a receber informação completa e atualizada sobre a criança acolher, assegurando uma aceitação informada e consciente da responsabilidade assumida. Têm ainda direito ao acompanhamento técnico regular por parte das IEAF, o apoio financeiro específico para comparticipar os encargos com a manutenção da C/J, e à possibilidade de integrar grupos de apoio e partilha de experiências (DL nº 139/2019, art. 29º). Desta forma, reconhece-se o AF como um processo partilhado, exigindo uma rede de suporte profissional e comunitário que promova e estabilidade da criança e o equilíbrio da família.

Do ponto de vista financeiro, o apoio pecuniário mensal é calculado com base em 1,2 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), atribuído por cada C/J acolhido (DL nº 139/2019). Este subsídio visa cobrir despesas inerentes ao acolhimento, como alimentação, vestuário, saúde e educação. Apesar dos avanços, o apoio financeiro continua a ser considerado insuficiente face às exigências económicas e emocionais da medida, o que limita adesão das famílias no sistema (Gonçalves, 2020).

Outro avanço revelante das políticas públicas é o reconhecimento da criança acolhida como elemento integrante do agregado familiar, nos termos do código do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Esta alteração permite que a criança beneficie de prestações sociais, sendo considerada descendente para efeitos fiscais e proteção social. Porém a sua integração no cálculo de rendimentos do agregado familiar da FA (ainda que temporário) tem sido criticado por algumas FA por penalizar o acesso a outras prestações sociais como os abonos, o que se revela uma incongruência estrutural (Alves, 2024). Paralelamente, as FA passam a ter direito a exercer, nos termos da lei, determinadas responsabilidades parentais relativas à guarda, orientação e educação da criança, sempre em conformidade com o superior interesse da criança previsto na LPCJP (Rodrigues, 2025).

A análise da literatura evidencia que a valorização normativa do AF não tem sido acompanhada por um investimento político e institucional equivalente. Estudos recentes (Delgado et al., 2014; Diogo, 2017; Delgado & Gersão, 2018; Chaves, 2018; Negrão et al, 2019; Delgado, 2020; Alves, 2024) revelam que a política social portuguesa continua a privilegiar o AR, canalizando recursos técnicos e financeiros para as instituições, o que compromete a expansão e sustentabilidade do AF. As ausências de campanhas nacionais de sensibilização, a escassez de famílias certificadas e a disparidade territorial na cobertura das IEAF continuam a dificultar a universalização da medida (Negrão et al., 2019; Delgado, 2020).

Neste contexto, as políticas públicas de suporte devem ser entendidas não só como instrumentos normativos, mas como expressão de um compromisso social com a infância e com as FA. A eficácia da medida depende tanto da qualidade do acompanhamento técnico como da coerência das políticas do apoio financeiro, laboral e formativo às famílias. Reforçar estes mecanismos é essencial para que o AF deixe de ser uma medida residual e se venha afirmar, cada vez mais, como uma resposta de excelência no sistema de promoção e proteção (Delgado, 2020).

A consolidação das políticas públicas, contudo, só se materializa de forma plena através da atuação das FA e das IEAF, cujo papel e desafios serão analisados de seguida.

1.3- Famílias de Acolhimento e o Papel das IEAF: contextos e desafios

As FA e as IEAF constituem dois pilares fundamentais para a concretização da medida de AF, uma vez que esta implica um trabalho conjunto, sustentado na confiança e na partilha de responsabilidades. Às famílias cabe a responsabilidade de proporcionar à C/J um ambiente seguro, estável e afetivo, que assegure o seu bem-estar e desenvolvimento integral e visa a contribuição das FA par ao sucesso do projeto de vida das C/J que acolhem (Delgado et al., 2016 citado por Diogo, 2017). Porém, esta tarefa não se realiza isoladamente- exige uma estreita articulação com as IEAF, entidades responsáveis pela seleção, formação, acompanhamento e apoio técnico às FA. Esta relação de interdependência é essencial para a qualidade e sustentabilidade da medida, uma vez que o acolhimento, é por natureza, um processo complexo que envolve dimensões emocionais, sociais e técnicas. Como salienta Delgado (2016 citado em Diogo, 2017), "uma das tarefas essenciais da instituição de enquadramento é apoiar as famílias de acolhimento no exercício do seu papel e procurar evitar experiências negativas que levem ao seu afastamento" (p.20). Esta interdependência traduz o princípio de que o AF é um processo partilhado que exige cooperação entre técnicos e famílias, sendo o acompanhamento um fator determinante para o sucesso da medida que por si só é de elevada exigência (Diogo & Branco, 2023).

A legislação portuguesa estabelece critérios rigorosos para o exercício do AF, incluindo idoneidade, condições habitacionais adequadas, estabilidade emocional e disponibilidade para o cuidado (DL nº 139/2019). A Lei nº 37/2025 veio alargar o perfil das famílias elegíveis, permitindo assim que familiares próximos e candidatos à adoção possam ser FA, o que visa aumentar o número de cuidadores disponíveis e reforçar a continuidade afetiva da criança. No entanto, esta alteração tem gerado debate, uma vez que as motivações e finalidades associadas ao acolhimento e à adoção são distintas, exigindo uma clarificação conceptual e ética na prática profissional (Chumbo, 2025).

O AF distingue-se por ser uma medida de carácter temporário e reparador, que visa garantir à criança a proteção necessária, num contexto familiar alternativo ao da FO (Delgado, 2010a). Estudos nacionais mostram que a maioria das FA é composta por casais com filhos biológicos, movidos essencialmente por razões altruístas e solidárias, que encaram o acolhimento como uma forma de contribuir para o bem-estar das crianças em situações de vulnerabilidade (Delgado et al, 2014). As motivações mais referidas estão relacionadas com o desejo de cuidar, proteger e proporcionar amor,

estabilidade e segurança, sendo estas as razões predominantemente centradas na criança (Diogo, 2017; De Mayer et al., 2014; Sebba, 2012, citado por Anjos, 2020). No entanto, coexistem também razões de ordem pessoal ou comunitária, como a realização pessoal ou o sentido de contribuição social (Diogo, 2017).

A investigação sugere que as FA reportam uma multiplicidade de razões para acolher C/J (Rhodes et al, 2006 citado em Diogo, 2017). Alguns autores explicam esta decisão através da *Resource Theory* que refere que quanto mais recursos uma família possui ao nível da educação, estabilidade económica, disponibilidade de tempo e espaço, experiência parental e suporte social maior é a probabilidade de oferecer estes recursos aos outros, nomeadamente acolhendo C/J em situação de vulnerabilidade (Cox et al., 2003; De Maeyer et al., 2014; Migliorini et al., 2018 citados por Anjos, 2020).

Apesar das motivações positivas, as FA enfrentam múltiplos desafios significativos. O AF implica um processo de ajustamento emocional e organizacional dentro do agregado familiar, levando a alterações de rotinas, redistribuição de papéis e exigências acrescidas quer de tempo quer de energia. As dificuldades frequentemente referidas incluem gestão de comportamentos complexos das crianças acolhidas, as tensões na FO, o medo da vinculação afetiva e a dor associada à separação no momento de cessação da medida (Delgado, 2010b; Diogo, 2017; Chaves, 2018; Delgado, 2020; Chumbo, 2025), A literatura evidencia também o impacto que o acolhimento pode ter nos filhos biológicos da FA, que podem vivenciar sentimentos ambíguos ou ciúmes, exigindo um acompanhamento técnico mais sensível e contínuo (Höger et al., 2013, Nutt, 2006, citados por Diogo, 2017).

Para além das dificuldades quotidianas, o AF decorre num contexto emocional complexo e profundamente marcado pelas experiências de vinculação das C/J de acordo com Bowbly (1969/1982) citado por Diogo (2017), a necessidade de estabelecer laços afetivos seguros é um mecanismo inato e essencial ao desenvolvimento humano. Muitas crianças acolhidas chegam de contextos de negligência, instabilidade ou maus-tratos, apresentando vínculos inseguros que podem comprometer a capacidade de confiar e de se relacional. Sendo, por isso, crucial que as FA consigam oferecer uma relação estável, previsível e afetiva, capaz de promover segurança e confiança, funcionando como um espaço reparador e de reconstrução e reorganização emocional (Delgado, 2010b; Oliveira, 2012). Ser FA implica, assim, lidar com histórias de vida marcada pelo trauma, negligência e inseguranças, exigindo grande capacidade de empatia e resiliência para compreender e aceitar comportamentos evitantes por parte das crianças, acolhendo-as com paciência e consistência emocional (Oliveira, 2012; Chumbo, 2025). Esta dimensão é explicada pela Teoria da Vinculação.

Neste sentido, ser FA mais do que disponibilidade emocional e boa vontade requer ainda competências acrescidas, frequentemente designadas como *"parenting-plus",* que vão além das práticas parentais comuns e implicam capacidade reflexiva, regulação emocional e sensibilidade ao trauma (Berrick & Skiveness, 2012). Esta parentalidade alargada carece ainda de uma intencionalidade terapêutica e suporte técnico que tornem o cuidado verdadeiramente reparador.

Outro desafio prende-se com o facto de a FA desenvolver o seu papel num contexto relacional alargado, onde coexistem múltiplos atores: a criança, a FO, os técnicos e o sistema judicial. A relação com a FO é outro desafio que é frequentemente ambivalente, oscilando entre cooperação e tensão (Delgado et al. 2014). Por um lado, reconhece-se a importância de manter o vínculo entre a criança e os seus progenitores; por outro, os contactos podem gerar sofrimento ou insegurança, sobretudo quando a família biológica apresenta comportamentos instáveis (Delgado, 2010b; Chaves, 2018). Um desafio mais intenso prende-se com processo de separação, quando ocorre, é vivido com dor, mas também com um sentimento de dever cumprido, sendo a manutenção de contacto após a cessação um elemento valorizado pelas famílias (Diogo, 2017). Estas experiências demonstram que o acolhimento é um percurso profundamente humano, marcadas por laços afetivos genuínos, mas também de incertezas e perdas inevitáveis.

O suporte social e comunitário assume um papel relevante neste contexto, funcionando como fator de proteção contra o desgaste emocional (Oliveira, 2012; Gilligan, 1996 citado em Diogo, 2017;). No entanto, muitos cuidadores refletem insuficiente apoio técnico e dificuldades em lidar com comportamentos desafiantes (Octoman & McLean, 2014, citado por Diogo, 2017). Tais lacunas evidenciam a importância de acompanhamento especializado e continuo assegurado por equipas técnicas especializadas.

É neste ponto que o papel das IEAF assume centralidade. As IEAF têm competências amplamente definidas pelo DL nº 139/2019, de 16 de setembro, incluindo o recrutamento e seleção das famílias, a elaboração dos planos de intervenção individuais, a formação inicial e contínua, e o acompanhamento técnico ao longo de todo o acolhimento (Diogo&Branco, 2023). O Manual dos Processos-Chave do AF [4] recomenda que esse acompanhamento seja proativo e periódico revestindo-se de um carácter mais intenso e intencional na fase inicial do AF (Delgado, 2007), de modo apoiar a adaptação e situações de rutura. Wilson et al. (2003) citado por Diogo (2017) sublinham que os cuidadores valorizam técnicos que demonstrem confiança, empatia e capacidade de resposta, enquanto a falta de informação sobre as crianças e a escassez de formação são percecionadas como fragilidades. Riggs (2015), refere que embora as FA desempenhem um papel essencial, continuam a ser a parte mais vulnerável na relação com as IEAF, sentindo frequentemente limitações de poder e voz no processo (citado por Diogo, 2017)

Um dos grandes desafios da IEAF é garantir um acompanhamento técnico de qualidade, capaz de responder às necessidades das famílias e de prevenir desistências. A literatura mostra que fatores como reconhecimento, o apoio emocional, a comunicação transparente e a formação prática contribuem significativamente para a satisfação e permanência das famílias no sistema (Leschied et al., 2014; Denby et al., 1999 citado por Diogo, 2017).

[4] https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Acolhimento-Familiar-Manual-de-Processos-chave.pdf

As IEAF enfrentam obstáculos estruturais que condicionam a eficácia da intervenção. A literatura aponta a escassez de recursos humanos, a sobrecarga processual, as dificuldades de articulação entre serviços, a desigualdade territorial na cobertura das IEAF e a falta de investimento público como fatores limitativos (Delgado, 2020; Gonçalves, 2020; Anjos, 2020; Alves, 2024). Como referem Delgado & Gersão (2018), a política social portuguesa tem historicamente privilegiando o AR, canalizando recursos financeiros e técnicos para as IEAF e negligenciando o reforço do AF. A ausência de campanhas nacionais de sensibilização e a fraca cultura do AF dificultam o recrutamento de novas famílias (Diogo, 2017; Negrão et al., 2019; Delgado, 2020).

Neste sentido, o sucesso da medida depende da articulação entre a motivação e preparação das famílias, acompanhamento técnico qualificado e políticas públicas consistentes. A compreensão das experiências das FA e das suas perceções sobre o acompanhamento prestado pelas IEAF é essencial identificar lacunas, valorizar boas práticas e propor estratégias que reforcem a qualidade e humanização do AF (Diogo, 2017; Diogo&Branco, 2019; Diogo&Branco, 2023; Chumbo, 2025)

1.4- O Acolhimento Familiar como campo de atuação do Serviço Social

O AF constitui um campo privilegiado de intervenção para o SS, por integrar dimensões jurídicas, psicossociais e comunitárias centradas no superior interesse da criança. Enquanto Medida de Promoção e Proteção (MPP), requer profissionais capazes de ponderar interesses, coordenar sistemas e acompanhar transições complexas, garantindo percursos de cuidado estáveis e personalizados (Batalhas, 2008; Diogo, 2017; Chaves, 2018). O AS assume um papel estruturante na implementação, acompanhamento e avaliação da medida, assegurando que cada decisão se baseia em diagnósticos rigorosos e em planos individuais de intervenção coconstruídos com a FO, FA, C/J e rede institucional, em conformidade com os princípios éticos da profissão e o superior interesse da C/J (Idañez, 2008; Ferreira, 2009; APSS, 2019).

No contexto do AF, a intervenção do AS exige uma compressão abrangente dos contextos familiares e institucionais, sustentada em referenciais teóricos e metodológicos que permitem uma leitura sistémica e ecológica das relações familiares e dos contextos sociais (Ferreira, 2009). O modelo sistémico-relacional oferece uma visão da família como um sistema aberto, interdependente e dinâmico, no qual cada mudança afeta o conjunto (Alarcão, 2002, Relvas, 2004, citados por Shirley, 2015). Aplicado ao AF, este modelo permite compreender as interações entre criança, FA, FO e instituições, orientando a mediação, o apoio e a comunicação eficaz entre os vários subsistemas. Paralelamente, a abordagem ecológica de Bronfenbrenner (1979, 1996, 2005), desenvolvida em contexto português por Delgado (2011), acrescenta uma leitura multinível dos contextos de vida — micro, meso, exo e macrossistema —, permitindo compreender como fatores familiares, escolares, institucionais e culturais influenciam a experiência do acolhimento. O AS, ao adotar esta perspetiva, articula os diferentes níveis de intervenção e promove o trabalho em rede, competência central do SS, que visa alinhar intervenientes, potenciar

apoios informais e reduzir o risco de ruturas e em simultâneo faz uma mediação entre os contextos de vida da C/J (Shirley, 2015).

A intervenção do AS no AF estrutura-se em diferentes fases: (i) Na seleção e preparação das FA, o técnico realiza entrevistas e visitas domiciliárias para avaliar a idoneidade, motivações e dinâmicas familiares, promovendo formação orientada para o exercício da função e o desenvolvimento de competências parentais (Barjau, 1996, citado por Delgado, 2007; Chaves, 2018). (ii) Na preparação da colocação, o AS centrasse na criança, procurando minimizar o impacto da separação da FO e apoiar a criação de vínculos iniciais com a FA, através da partilha de informação, de encontros preparatórios e da definição dos contactos com a família biológica (Delgado, 2007). (iii) Durante o acompanhamento da medida, o profissional mantém uma intervenção contínua, mais intensa nas fases iniciais, apoiando emocionalmente a criança e a FA, e garantindo que a medida decorre de forma segura e ajustada. Esta relação de confiança deve equilibrar proximidade e profissionalismo, de modo a não comprometer a objetividade técnica (Schofield et al., 2000, citados por Delgado, 2007). (iv) Paralelamente, o acompanhamento da FO visa promover a reestruturação familiar, o desenvolvimento de competências parentais e a reintegração, sempre que possível (Delgado, 2007). Quando a reunificação não é viável, o AS participa na definição de um projeto de vida alternativo, podendo envolver a continuidade do acolhimento, adoção ou a autonomização, de acordo com o melhor interesse da criança. (v) Na fase de cessação do acolhimento, o AS assegura que a transição ocorre de forma planeada e emocionalmente sustentada, apoiando tanto a criança como a FA na gestão da separação (Diogo, 2017; Chaves, 2018; Chumbo, 2025). Esta fase é particularmente sensível, exigindo que o profissional tenha uma capacidade de mediação e contenção emocional acrescida, para evitar ruturas e preservar vínculos construídos.

Segundo uma investigação desenvolvida por Helen Brown, Judy Sebba e Nikki Luke (2014, citado por Chaves, 2018), as FA valorizam profundamente o acompanhamento próximo AS, reconhecendo-o como um apoio essencial a diversos níveis. Estas famílias destacam a importância de técnicos confiáveis e disponíveis, sobretudo em momentos de maior desgaste emocional, durante crises ou episódios de *stress,* na gestão dos comportamentos problemáticos quanto mediadores nos contactos mais delicados entre a criança e a FO. Este estudo reforça a relevância de uma intervenção técnica sustentada na proximidade, na escuta ativa e na empatia, princípios fundamentais da prática profissional no AF (Chaves, 2018; Chumbo, 2025).

A intervenção do SS é influenciada pelas teorias do *coping* e da resiliência, que reforçam os recursos internos e externos das famílias e previnem o desgaste emocional e promovem a capacidade adaptativa perante exigências do acolhimento (Shirley, 2015; Diogo,2017). A ética profissional orienta toda a intervenção, assentando nos princípios éticos da intervenção mínima, da confidencialidade, da autodeterminação e da participação informada (APSS, 2019). O AS promove o empoderamento das famílias, deslocando o foco de uma leitura deficitária para uma abordagem centrada nas potencialidades, na cooperação e na corresponsabilização. O AS atua como facilitador e coconstrutor de significados,

promovendo o empoderamento das famílias e deslocando o foco de uma leitura deficitária para uma perspetiva de potencialidades (Ferreira, 2009).

Em síntese, o trabalho do SS no AF combina intervenção técnica, relacional e ética, sustentada em referenciais sistémicos e ecológicos. Através da avaliação, preparação, acompanhamento e mediação, o AS assegura a proteção e o desenvolvimento integral da criança, a capacitação das famílias e a sustentabilidade da medida — dimensões centrais que este estudo procura compreender nas FA acompanhadas pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda.

Capítulo 2 - Metodologia de Investigação

2.1- Campo Empírico

O campo empírico da presente investigação corresponde à cidade da Guarda, localizada na região Centro de Portugal, mais precisamente na sub-região das Beiras e Serra da Estrela, pertencente à unidade territorial NUTS II Centro. A Guarda, é capital de distrito, é conhecida por ser a cidade mais alta de Portugal, com cerca de 1.056 metros de altitude. A cidade possui uma identidade fortemente marcada pela sua história, pela interioridade geográfica e por dinâmicas socioeconómicas próprias dos territórios de baixa densidade.

A instituição das Aldeias de Crianças SOS da Guarda, foi selecionada por representar um exemplo significativo do funcionamento do acolhimento familiar, implementando práticas de recrutamento, seleção, formação, certificação, acompanhamento e supervisão contínua das FA. A escolha da IEAF justifica-se pelo seu modelo de intervenção estruturado, centrado no bem-estar das C/J acolhidos e no suporte integral às FA, em consonância com os princípios da LPCJP nº 147/99, de 1 de setembro e do Decreto de Lei nº 139/2019, de 16 de setembro.

O estudo foca-se especificamente em famílias de acolhimento em exercício, permitindo analisar a prática real do acolhimento familiar, os desafios enfrentados e os fatores contribuem par ao sucesso da medida. A experiência concreta das famílias, juntamente com a documentação institucional disponibilizada pela IEAF, oferece uma base rica para compreender os processos de apoio, supervisão e intervenção que caracterizam o acolhimento familiar no contexto local da Guarda.

De acordo com Gil (2008), o campo empírico constitui o espaço físico ou social onde se realiza a investigação, sendo também o local onde se observam diretamente os fenómenos estudados e se recolhem dados pertinentes. Vielas (2009) reforça que a definição clara do campo empírico permite ao investigador delimitar o contexto de análise e garantir a coerência entre os objetivos da pesquisa e os dados obtidos, promovendo uma investigação sistemática e fundamentada

O campo empírico definido, permite, assim, combinar a observação documental e entrevistas semiestruturadas com as famílias de acolhimento, garantindo um olhar aprofundado sobre a prática, experiências e perceções dos sujeitos envolvidos, em alinhamento com os objetivos da investigação e com a natureza qualitativa do estudo.

2.2- Método

A pesquisa social decorre da curiosidade e do desejo de conhecer por parte do investigador, definindo-se como o processo que, utilizando uma metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos sobre a realidade social (Gil, 2008). A investigação científica, de forma geral, refere-se a uma atividade que permite obter conhecimentos, objetivos, sistemáticos, claros, organizados e verificáveis (Vielas, 2009). Este processo envolve a sistematização das inquietudes do investigador, a formulação de perguntas e a elaboração organizada dos conhecimentos que constituem o ponto de

partida do estudo. Posteriormente, é delineada uma estratégia de pesquisa que permita estudar os factos de forma estruturada, assegurando que os objetivos da investigação sejam atingidos (Vielas, 2009).

A presente investigação insere-se no paradigma interpretativo, cujo enfoque principal reside na compreensão e interpretação das experiências e significados construídos pelos sujeitos em contextos específicos (Coutinho, 2015). Este paradigma privilegia a interpretação do significado que os acontecimentos e as interações têm para os indivíduos, considerando as suas perceções e experiências sem recorrer a ideias pré-concebidas.

O método adotado é o estudo de caso, adequado para analisar um fenómeno complexo em profundidade dentro de um contexto real (Yin, 2014). Esta abordagem permite compreender detalhadamente as experiências das FA, os desafios vividos e o modo como percecionam o acompanhamento das IEAF.

A investigação assume uma natureza qualitativa, centrada na exploração de valores, significados e experiências (Flick, 2005 citado por Diogo, 2017). Segundo o mesmo autor, a pesquisa qualitativa é especialmente relevante para o estudo de relações sociais e processos humanos, pois privilegia o significado atribuído pelos participantes aos fenómenos que vivenciam. De cardo com Ribeiro (2008), este tipo de abordagem procura compreender as intenções e os propósitos das ações das pessoas no seu contexto social. Creswell (1994, citado por Coutinho, 2015) adiciona que a teoria é construída de forma indutiva e sistemática, fundamentada no próprio campo empírico, permitindo ao investigador interpretar a realidade a partir das perspetivas dos sujeitos.

Adicionalmente, o estudo recorre à análise documental, que permite contextualizar o estudo no enquadramento legal, teórico e institucional do AF em Portugal, complementando a compreensão obtida a partir dos relatos das famílias e enriquecendo a interpretação dos resultados (Júnior et al., 2021).

2.3- Amostra

A população ou universo da investigação é definida como "o conjunto de todos os indivíduos nos quais se desejam investigar algumas propriedades. Este conjunto tem uma ou mais características comuns, e encontra-se num espaço ou território conhecido" (Vielas, 2009, p.245)

No contexto deste estudo, o universo foi delimitado como todas as famílias de acolhimento em exercício acompanhadas pela IEAF das Aldeias SOS da Guarda. Considerando a natureza exploratória do estudo de caso e os objetivos de investigação foram selecionadas as quatro famílias que atualmente se encontram no exercício do acolhimento de C/J.

A seleção da amostra seguiu critérios não probabilísticos e intencionais, nos quais o investigador escolhe os participantes que atendam a características específicas e relevantes para o estudo (Coutinho, 2015). No caso presente os critérios foram: 1. Ser família de acolhimento ativa, com c/j acolhidos no momento do estudo; 2. Estar disponível e consentir na participação da investigação; 3. Ser acompanhada pela equipa técnica da IEAF das Aldeias SOS da Guarda.

Esta estratégia possibilita uma análise aprofundada das práticas, perceções e experiências das famílias, respeitando a natureza qualitativa e interpretativa do estudo, sem pretender generalizar os resultados para toda a população de família de acolhimento em Portugal.

Tal como defende Ribeiro (2008), o objetivo da amostragem em estudos qualitativos não é representatividade estatística, mas saturação teórica, isto é, o ponto em que novas entrevistas deixam de trazer contributos significativos para o entendimento do fenómeno.

Em síntese, embora reduzida, a amostra evidencia a pluralidade de perfis e desafios presentes no acolhimento familiar em Portugal, permitindo observar diferentes experiências de acompanhamento técnico e dinâmicas familiares. Importa sublinhar que se trata de um estudo de caso, circunscrito à realidade da IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda, não sendo por isso generalizável a todas a FA do país. Ainda assim, possibilita uma análise aprofundada e contextualizada, em linha com a natureza qualitativa e exploratória da investigação, contribuindo para a compreensão crítica do funcionamento do AF e dos seus principais desafios.

2.4- Técnicas de Recolha e Tratamento dos Dados

As técnicas de recolha de dados correspondem a um conjunto de procedimentos que permitem ao investigador aceder à realidade empírica e recolher informação relevante para responder aos objetivos do estudo. Segundo Fonseca (2002), os instrumentos de recolha de dados permitem captar informações sobre a realidade estudada, compreendendo práticas, experiências e perceções dos participantes, assim como analisando o contexto normativo e documental que enquadra o fenómeno em estudo. Nesta investigação, optou-se por abordagem qualitativa e exploratória, recorrendo a duas técnicas complementares: Análise documental e Entrevistas semiestruturadas com as famílias de acolhimento.

A análise documental é realizada ao longo de todo o processo de investigação dado que permite recolher informações sobre o quadro legal, normativo e científico relacionado com o a AF. Esta técnica possibilita contextualizar teoricamente o estudo, identificar práticas institucionais e compreender o enquadramento normativo que influencia a atuação das FA (Júnior et al., 2021).

A entrevista semiestruturada é uma técnica de recolha de dados que permite aprofundar a compreensão das experiências vividas pelos participantes (Moreira, 2007, citado por Ferreira, 2009). Neste estudo, as entrevistas são aplicadas às quatro famílias de acolhimento que constituem o estudo de caso. De acordo com Batista el al., (2017), a entrevista constitui uma técnica de elevada qualidade na recolha de dados qualitativos, permitindo captar dimensões factuais e objetivas.

Segundo Silva & Russo (2019), a entrevista pode se entendida como uma conversa que é dirigida, na qual se recolhem factos e perceções, promovendo uma interação flexível e aberta entre o investigador e o entrevistado. Da mesma forma, Minayo (2010, citado por Batista et al., 2017) sublinha que as entrevistas favorecem uma comunicação mais livre e espontânea, permitindo a expressão de sentimentos e significados.

O guião da entrevista (Anexo C) é construído a partir das diferentes dimensões do estudo que inclui: Motivações e expectativas das famílias; Experiências no acolhimento com a C/J; Relação com as instituições e suporte recebido; Estratégias e Desafios enfrentados no acolhimento; Impactos na dinâmica familiar; Perceção e Avaliação do acompanhamento prestado pela IEAF.

Antes de cada entrevista, será solicitado a assinatura de um consentimento informado, por forma a garantir a confidencialidade e anonimato dos dados, prestar informação clara sobre os objetivos do estudo e solicitar autorização para gravação áudio, utilizada exclusivamente para a transcrição e análise.

Para o tratamento dos dados recolhidos, recorre-se à análise de conteúdo, técnica considerada adequada para investigações qualitativas centradas em experiências e perceções (Bardin, 2016).

O processo seguirá três etapas principais (Bardin, 2016): 1- Pré-análise: leitura e seleção do material e definição de categorias de análise; 2- Exploração do material: codificação e categorização temática dos dados; 3- Tratamento e interpretação: análise de padrões, significados e relações com o enquadramento teórico.

Irei recorrer ao softwer MAXQDA que será utilizado para organizar, codificar e sistematizar os dados, facilitando a análise das relações entre categorias e a interpretação dos resultados (Teixeira, 2003).

As categorias de análise serão definidas com base nos objetivos do estudo e nas questões de investigação, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências e perceções das famílias de acolhimento e do contexto em que a medida se desenvolve.

2.5- Princípios Éticos da Investigação

As questões éticas assumem um papel central nas investigações que envolvem diretamente seres humanos, sobretudo em contextos sensíveis como o acolhimento familiar. Este estudo cumpre princípios éticos fundamentais, garantindo a proteção, privacidade e dignidade das famílias participantes e assegurando práticas responsáveis por parte da investigação (Almeida, 2013: Padgett, 2018).

Antes do início da recolha de dados, o presente estudo foi submetido à apreciação da Comissão Ética do ISCTE- Instituo Universitário de Lisboa, tendo obtido parecer favorável. Posteriormente, foi solicitada e concedida autorização institucional pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda para a realização de recolha de dados no âmbito do presente estudo (Anexo A).

Todos os participantes irão assinar um consentimento informado (Anexo C), de forma livre e consciente, antes de qualquer recolha de dados. Serão informados sobre os objetivos do estudo, o tempo estimado de participação, o seu direito a recusar ou interromper a participação a qualquer momento, e sobre eventuais benefícios ou inconvenientes decorrentes da sua colaboração. Também lhes será transmitida informação sobre quem contactar em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimento (ISCTE-IUL, 2016; Padgett, 2018).

A confidencialidade é assegurada em todas as fases da investigação. Os dados pessoais recolhidos serão estritamente os necessários para os objetivos do estudo e tratados de forma a proteger a identidade

das famílias. Para a publicação ou apresentação dos resultados, todas as informações serão anonimizadas, recorrendo a códigos de identificação que garantam que nenhum participante possa ser individualmente identificado (ISCTE-IUL, 2016; Almeida, 2013).

Estas medidas asseguram que a investigação cumpre os princípios de transparência, autonomia e respeito pelos participantes, promovendo não só um ambiente ético seguro como também responsável para a recolha e respetiva análise dos dados (Padgett, 2018; Almeida, 2013).

Em síntese, o estudo foi conduzido de forma ética, rigorosa e responsável, assegurando o respeito pelos direitos, dignidade e integridade das famílias participantes e cumprindo as normas éticas do ISCTE assim como as normas que constam no Código Deontológico dos Assistentes Socais (APSS, 2019)

Capítulo 3 - Análise e Discussão dos Resultados

No presente capítulo, apresenta-se e discutem-se os resultados obtidos ao longo da investigação, provenientes da análise documental bem como da análise das entrevistas semiestruturadas realizadas às FA.

3.1- Percursos e Caracterização das Famílias

Por forma a caracterizar as FA que participaram no estudo, apresenta-se uma Tabela (1):

Tabela 1-*Caracterização das FA*

Variáveis	Descrição / Distribuição
Nº total de famílias	5
Sexo dos cuidadores principais	Predominantemente casais (4), com presença de uma família monoparental feminina
Idades dos cuidadores	Entre 40 e 60 anos (média: 54 anos)
Escolaridade	2 com grau de Mestre; 3 com Licenciatura ou equivalente ao 12.º ano
Profissões predominantes	Técnicos superiores e funcionários públicos
Composição familiar média	3 a 4 elementos por agregado
Nº de filhos biológicos	Entre 1 e 3 filhos (maioritariamente maiores de idade)
Nº de crianças acolhidas	7 Crianças acolhidas (5 do sexo feminino e 2 do sexo masculino); Das 7 crianças acolhidas 3 correspondem a uma fratria de 3 irmãos.
Idade das crianças acolhidas	Entre 8 meses e 5 anos (maior incidência entre os 4 anos)
Modalidades do projeto de promoção e proteção	2 Reunificações Familiares; 2 Adoções (50%); 1 situação sem projeto de vida.
Padrões observados	A maioria das famílias apresenta estabilidade económica e emocional, motivações solidárias e disponibilidade para o acolhimento. A inclusão de uma família monoparental introduz maior diversidade no perfil das FA, evidenciando que o AF não se restringe ao modelo conjugal tradicional.

Fonte: Elaboração Própria

As FA entrevistadas encontram-se, atualmente, a exercer o AF, correspondendo este ao seu primeiro acolhimento, não existindo experiência prévia nesta medida nem noutras respostas de natureza semelhante. Um elemento transversal às cinco famílias prende-se com o facto de todas possuírem filhos biológicos, ainda que em fases distintas do ciclo da vida, aspeto que, como se verá, assume relevância na compreensão da sua disponibilidade e posicionamento face ao acolhimento. Importa ainda salientar que, na presente amostra, nenhuma das famílias experienciou, até ao momento, a cessação de um acolhimento.

Tabela 2- *Caracterização Específica das FA*

Família	Composição do Agregado	Criança(s) acolhida(s)	Idade (s)	Tempo de Acolhimento	Projeto de vida	Observações
FA1	Casal + 2 filhos biológicos (21 e 19 anos, deslocados)	1 (sexo feminino)	1 Ano	12 Meses	Adoção	Criança integrada após nascimento prematuro; família acompanhou os cuidados hospitalares iniciais.
FA2	Casal + 2 filhos biológicos adultos (um coabita)	3 (1 sexo masculino, 2 sexo feminino)	5,4,2 Anos	14 Meses	Reunificação Familiar	Acolhimento de fratria
FA3	Casal + 1 filha biológica (10 anos)	1 (sexo masculino)	5 Anos	11 Meses	Reunificação familiar	Acolhimento de Emergência
FA4	Monoparental feminina + 1 filha biológica (16 anos)	1 (sexo feminino)	8 Anos	3 Meses	Sem projeto de vida definido	Única Família Monoparental.
FA5	Casal + 2 filhos biológicos (5 e 8 anos)	1 (sexo feminino)	6Anos	12 Meses	Adoção (inicialmente sem projeto de vida)	Evolução do Projeto de Vida ao longo do AF

Fonte: Elaboração Própria

Globalmente, a média de idades das famílias é de 52 anos, sendo predominantemente casais heterossexuais inseridos em configurações familiares nucleares. Ao nível da escolaridade, verifica-se que a maioria possuiu qualificações superiores (Licenciatura ou Mestrado), existindo apenas um elemento com o 12º ano de escolaridade. As profissões são estáveis e qualificadas, incluindo técnicos superiores, advogado, notários, professores e oficiais de justiça.

Relativamente à situação económica, importa referir que, no contexto da IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda, uma capitação inferior ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS) não constitui, isoladamente, critério de exclusão, sendo sempre realizada uma avaliação global das motivações e condições familiares. Ainda assim, verifica-se que, na generalidade, as famílias apresentam uma capitação superior ao IAS, existindo apenas duas situações com valores inferiores, nas quais não se verificaram motivações de natureza económica, sendo o apoio pecuniário do AF percecionado como um recurso complementar para assegurar as necessidades da criança.

Todas as famílias evidenciam experiência parental prévia e referem dispor de rede de suporte, que não se esgota na família nuclear e alargada e que se estende aos amigos e comunidade, o que constitui um fator relevante na gestão das exigências do acolhimento (Diogo, 2017).

A caracterização das FA permite identificar um conjunto de recursos familiares significativos- nomeadamente ao nível da escolaridade, estabilidade profissional, experiência parental e suporte social- que, à luz da literatura, se assumem como fatores potenciadores de adesão ao acolhimento familiar. De acordo com a *Resource Theory* (Cox et al., 2003; Migliorini et al., 2018, citados por Diogo, 2017), as pessoas com maior disponibilidade de recursos tendem a apresentar uma probabilidade mais elevada de os mobilizar em benefício de outros, nomeadamente através do acolhimento de crianças sem situação de vulnerabilidade. Neste sentido, recursos como níveis elevados de educação, estabilidade económica, tempo disponível, experiência parental e redes de apoio constituem condições que facilitam a decisão de acolher (De Maeyer et al., 2014, citado por Diogo, 2017). Os dados recolhidos neste estudo e a caracterização supramencionada corrobora esta perspetiva, na medida em que as famílias apresentam, de forma consistente e linear, perfis que se caracterizam por elevada qualificação, estabilidade e experiência no exercício da parentalidade. Estes fatores podem contribuir não só para a decisão de acolher, como também para a capacidade de adaptação às exigências do acolhimento e para a manutenção da medida ao longo do tempo (Diogo, 2017).

Adicionalmente, a presença de filhos biológicos, em diferentes fases do ciclo da vida, poderá estar associada a uma maior disponibilidade emocional e prática para acolher, nomeadamente em situações de ninho vazio ou de reorganização do papel parental, aspeto também identificado na literatura como facilitador da adesão ao acolhimento (Anjos, 2020).

No que respeita à caracterização das crianças acolhida, importa destacar que os dados da instituição contratariam parcialmente as tendências identificadas no Relatório CASA (2024), que aponta para uma predominância do sexo masculino entre as crianças acolhidas. Na presente amostra, verifica-se uma maioria do sexo feminino. No entanto, no que se refere à idade, os dados são convergentes com o relatório, situando-se a média em idades inferiores a 5 anos.

3.1.2- Contacto com a Medida de Acolhimento Familiar

De uma forma geral, a maioria das FA mencionam ter tido conhecimento da medida através de redes sociais e/ou campanhas nacionais de sensibilização para o AF. Destacam-se ainda os casos em que o primeiro contacto ocorreu através de comunicações enviadas pelos agrupamentos escolares que divulgam sessões informativas e motivaram a inscrição das famílias, atualmente integradas em bolsa. Paralelamente, surgem percursos de aproximação mais informais, como o conhecimento da medida através de experiências próximas ou ainda através do contexto profissional, como no caso das FA ligadas à área jurídica.

Estes dados evidenciam que o acesso à medida ocorre por diversas vias, combinando estratégias formais de divulgação com redes informais de proximidade. Ainda assim, sobressai o papel central das campanhas públicas e da comunicação digital, que se assumem como principais portas de entrada para o AF. Este resultado reforça a literatura que sublinha a importância em campanhas nacionais de

sensibilização como mecanismo de expressão e visibilidade da medida (Negrão et al., 2019; Delgado, 2020).

3.2- Motivações para o Acolhimento Familiar

As narrativas da FA demonstram que a motivação de acolher se deve maioritariamente a razões de natureza pessoal que assumem um carácter reflexivo e multidimensional, onde se cruzam dimensões afetivas, valores pessoais e experiências de vida. Este enquadramento é consistente e vai ao encontro da literatura que concetualiza a motivação como um construto multidimensional e variável não só em intensidade, como também em orientação (Ryan & Deci, 2000, citado por Pereira, 2022). Assim, as motivações para o acolhimento familiar podem ser compreendidas através de uma distinção entre motivações intrínsecas e extrínsecas, bem como entre razões centradas na criança, autocentradas na sociedade/comunidade, sendo frequente a coexistência de diferentes tipos de motivações no mesmo individuo (De Maeyer et al., 2014, citado por Diogo, 2017; Sebba, 2012, citado por Anjos, 2020).

Consistentemente, os resultados apontam para uma forte centralidade no desejo de ajudar a crianças, associado a uma vontade de promover mudanças na vida das crianças em situação de vulnerabilidade. Este aspeto é claramente notório em discursos como "temos muito amor para dar (...) sempre achei que pudéssemos fazer alguma coisa para mudar a vida nem que seja só de uma pessoa" (FA3), evidenciando uma motivação centrada no outro. Esta evidencia vai ao encontro da literatura, que identifica as razões centradas na criança (*child-centred reasons*) como predominantes na decisão de acolher (De Maeyer et al., 2014, citado por, Diogo, 2017). Assim, os dados das entrevistas sugerem que as famílias deste estudo se alinham com o perfil mais frequentemente descrito, no qual o altruísmo, os cuidados e a proteção da criança assumem um papel central (Chaves, 2018; Chumbo, 2025; Diogo, 2017)

Paralelamente, emergem motivações associadas à realização pessoal e emocional, nomeadamente quando o acolhimento é descrito como um projeto de vida. A afirmação "é um projeto de vida (...) que fomos construindo para encontrar o melhor momento" (FA2) evidencia um processo intencional e planeado, que ultrapassa uma decisão impulsiva, refletindo um compromisso prolongado com a medida. Estes discursos podem ser compreendidos à luz das motivações centradas no próprio (*self-oriented reasons*) ou intrínsecas, que incluem dimensões como o desenvolvimento pessoal, a satisfação emocional e a construção de sentido de vida através do acolhimento (Maeyer et al., 2014 citado por, Diogo, 2017). Nesta sequência, o acolhimento não surge apenas como uma reposta a uma necessidade externa, mas também com um projeto com significado pessoal e identitário.

Outro aspeto que emerge dos resultados é a associação entre o acolhimento e a vivência do "ninho vazio", como expresso por uma das famílias "por pensar que íamos ficar com o ninho vazio" (FA1). Este dado reforça a ideia que o acolhimento pode funcionar como uma continuidade do exercício das funções parentais, particularmente em fases da vida em que os filhos se autonomizam. Esta evidencia, vai ao encontro dos resultados de Delgado et al. (2013), que identificam uma maior disponibilidade para

acolher em famílias cujos filhos já são mais velhos ou independentes, podendo o acolhimento construir-se como uma forma de reorganização do papel parental.

Adicionalmente, os dados realçam que a experiência profissional e o contacto prévio com contextos de vulnerabilidade social funcionam como fatores potenciadores da decisão de acolher, como ilustra a referência "no meu trabalho vejo muita miséria (...) se conseguisse fazer alguma coisa para ajudar estas crianças" (FA1), sugerindo que a exposição a realidades sociais fragilizadas se constitui um importante fator de sensibilização para o AF. Esta evidencia, confirma o que a literatura destaca acerca do papel das experiências pessoais e profissionais enquanto facilitadores do envolvimento no acolhimento familiar, tal como identificado por Del Valle et al. (2018) e Delgado (2007).

Surgem ainda influências externas no processo de motivação e decisão em tornarem-se FA, nomeadamente através de estímulos do quotidiano, contactos com colegas que se tornaram FA ou receção de email de sensibilização para ser FA. O relato de uma família (FA4) refere um "chamamento" associado ao contacto indireto com o acolhimento, reforça a importância da exposição prévia e do contacto com outras FA. Este aspeto está em linha com a literatura que identifica o conhecimento prévio e o contacto com FA como fatores facilitadores de adesão (Del Valle et al., 2008), evidenciando também o papel das redes sociais e profissionais na construção da decisão.

No caso da FA5, observa-se igualmente uma articulação entre motivações centradas na criança e fatores contextuais de natureza profissional. A família refere o desejo de "ajudar uma criança, proporcionar a uma criança uma experiência familiar que estivesse numa instituição" (FA5), evidenciando uma motivação que é claramente orientada para a criança e para a promoção de experiência familiares positivas. Ao mesmo tempo, emerge a influência do contexto profissional do elemento masculino, uma vez que o contacto com as crianças institucionalizadas ocorre no âmbito da sua atividade profissional. Este contacto prévio funcionou como fator de sensibilização e aproximação à medida, reforçando o papel das experiências profissionais na construção da motivação para acolher.

De uma forma global, os resultados evidenciam que as motivações das FA são diversas, interligadas e não mutuamente exclusivas, combinando dimensões altruístas, pessoais e contextuais. Esta multiplicidade confirma a perspetiva de que a decisão de acolher não resulta de um único fator, mas sim de um processo complexo de articulação entre motivações intrínsecas e extrínsecas, bem como razões centradas na criança, autocentradas e centradas na sociedade/comunidade (Diogo, 2017). Desta forma, a decisão de acolher envolve uma avaliação contínua da disponibilidade emocional, relacional e prática, sendo da mesma forma relevante a compatibilidade entre as motivações dos candidatos e os objetivos do sistema de promoção e proteção (Diogo, 2017).

3.3- Candidatura e Processo de Formação

A análise das narrativas das FA permite identificar o processo de candidatura, avaliação e formação enquanto um eixo estruturante na preparação para o exercício do AF, ainda que marcado por algumas fragilidades ao nível do acesso inicial à medida.

Relativamente ao processo de candidatura, emerge a perceção da morosidade e dificuldade no acesso à informação, particularmente em fases iniciais de implementação da medida. Uma das famílias refere que "o processo foi muito demorado" (FA5), relatando tentativas infrutíferas junto da Segurança Social, onde "ninguém nos soube dizer nada" (FA5) como proceder, tendo apenas conseguido avançar após a constituição da IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda, assumindo-se como "pioneiros" (FA5). Este dado evidencia fragilidades na operacionalização e divulgação da medida, reforçando a necessidade de sistemas mais acessíveis e estruturados, tal como apontado pela literatura (Del Valle et al., 2018). No entanto, esta lacuna parece, atualmente, mais colmatada através de uma maior expansão das IEAF que permite dar uma resposta mais articulada e sustentada fruto da descentralização da resposta que, anteriormente, estava centralizada, na maior parte das zonas geográficas do país nos Centros Distritais de Segurança Social.

No que concerne ao processo de formação inicial, os resultados são bastante consistentes ao demonstrar uma clara valorização que é transversal a todas as famílias, que o descrevem como fundamental, enriquecedor e estruturante. Para além da aquisição de conhecimentos técnicos, destaca-se a dimensão reflexiva e transformadora, sendo referido que "é fundamental e aprendemos muita coisa durante todo o processo mesmo sobre nós" (FA2), ou ainda que "todas as pessoas deviam de fazer este tipo de formação (...) mexe com tudo a nível psicológico" (FA3). Neste sentido, a formação ultrapassa uma lógica meramente informativa, assumindo-se como um espaço de desenvolvimento pessoal, o que vai ao encontro da literatura que defende abordagens formativas holísticas e experiencialmente orientadas (Cooley et al., 2019, citado por Casado, 2025).

As famílias destacam igualmente o papel das dinâmicas formativas na promoção de uma maior consciencialização sobre a realidade do acolhimento, referindo que o processo foi "bastante enriquecedor (...) as partilhas e as dinâmicas implementadas possibilitaram uma consciencialização da situação (...) tornaram mais objetiva a experiência pela qual íamos passar" (FA2). Esta dimensão é muito relevante, considerando que a preparação para o acolhimento implica a mobilização de competências complexas, nomeadamente ao nível da compreensão das necessidades das crianças, muitas vezes marcadas por experiências adversas.

Nesta sequência, vários discursos refletem e evidenciam que a formação contribui para a compreensão do impacto que o trauma e a história de vida das crianças nos seus comportamentos. Uma da família refere que "preparou-nos imenso para aquilo que íamos enfrentar", acrescentado que, no quotidiano, "estou a ouvir a criança e estou a ouvir o que a equipa nos dizia nas formações" (FA5). De igual modo, outra família refere que "a formação ajudou, o processo agora com a criança não é uma novidade" (FA4), evidenciando a importância da antecipação de cenários e da aquisição das ferramentas e das competências necessárias para aprender a lidar com estas crianças que trazem outra bagagem. Estes dados vão ao encontro da literatura que refere a importância de preparar as famílias para práticas sensíveis ao trauma, bem como para o estabelecimento de relações baseadas na empatia, responsividade

e segurança emocional, fundamentais para a promoção de vinculações seguras (Dubois-Comtois et al., 2015, Spruit et al., 2020, Bowbly, 1951, citados por Casado, 2025).

Porém, a formação também foi descrita como sendo um processo exigente e emocionalmente mobilizador. Uma das famílias refere que foi "bastante duro (...) apercebemo-nos de certas realidades que convém olhar" (FA1), enquanto outra descreve que, no final das sessões, sentia que "tinha levado uma sova" (FA5), evidenciando o impacto psicológico do confronto com as realidades do acolhimento. Esta dimensão reforça a importância de preparar não apenas competências técnicas, mas também a capacidade de autorregulação emocional e de gestão do *stress,* aspetos identificados como essenciais para o sucesso do acolhimento (Thompson et al., 2016; Vanderwill et al., 2020, citados por Casado, 2025).

Apesar da avaliação globalmente positiva, as famílias reconhecem limites na capacidade de a formação antecipar a totalidade da experiência vivida. Como referido, "uma coisa é estar ali a ouvir e outra coisa é estar na prática" (FA5), o que evidencia a existência de um desfasamento inevitável entre a preparação teórica e a realidade. Esta constatação sugere que o acolhimento familiar implica um processo contínuo de aprendizagem e adaptação, que se estende para além do momento da formação inicial e pese embora, a formação contínua esteja consagrada na lei como um direito das FA esta amostra não beneficiou, até ao momento, de outra formação que não a inicial.

Relativamente ao processo de avaliação, este é percecionado de forma ambivalente. Se, por um lado, é descrito como exigente- "a parte da avaliação é terrível" (FA5) -, por outro lado, é em simultâneo reconhecido pelas famílias que "tem mesmo de ser rigoroso" (FA5), tendo em conta a complexidade das situações e a necessidade de garantir condições adequadas para o acolhimento. Esta perspetiva alinha-se com a literatura, que identifica a avaliação das motivações, competências e recursos das famílias como um elemento central na promoção da estabilidade e qualidade do acolhimento (Caro net al., 2021, citado por Cansado, 2025). Este processo de avaliação rigorosa implica aplicação de instrumentos psicológicos, entrevistas de história de vida em profundidade e visita domiciliária, cada passo é importante e cada avaliação deve ser rigorosa porque uma boa avaliação prévia da FA já é estar a proteger uma criança que no futuro dela possa precisar.

Por fim, surgem referências a constrangimentos logísticos, nomeadamente associados ao carácter presencial da formação, sobretudo para famílias geograficamente mais distantes, in casu FA2 e FA3. No entanto, estes aspetos tendem a ser relativizados, sendo enquadrados como parte do compromisso que assumiram, como ilustra a afirmação "ou está disposto ou não" (FA3). Este dado sugere uma forte motivação intrínseca das famílias, traduzida na disponibilidade para investir o seu tempo e recursos no processo de formação.

3.3.1- Experiências Prévias ao Acolhimento

Um dos aspetos mais relevantes que emerge da análise dos dados prende-se com as experiências que antecedem o acolhimento efetivo, nomeadamente os contactos realizados com as famílias que, por

diferentes razões, não se vieram a concretizar. Verifica-se que a maioria das famílias entrevistadas foi, pelo menos, uma vez a duas vezes, contactada para acolhimentos que acabaram por não se efetivar, sento este elemento marcante na construção da experiência inicial do acolhimento, considerando que, como já referido, todas as famílias estão a viver pela primeira vez a experiência de AF.

Estes episódios são descritos pelas famílias como momentos de elevada expectativa seguidos de frustração, frequentemente acompanhados de um investimento emocional e material: "nós tivemos duas expectativas frustradas (...) já tinha arranjado e preparados coisas (...) foi um bocadinho complicado" (FA3); "Nós tivemos uma chamada antes para uma criança que depois acabou por não ser possível localizar. Quando foi a segunda chamada já foi com outra expectativa." (FA2); "o que nos preocupava mais era ter coisas para o receber (...) ainda fui à procura de brinquedos" (FA1). Estes testemunhos evidenciam que, mesmo antes da concretização do acolhimento, as famílias iniciam um processo de envolvimento antecipado, mobilizando recursos, reorganizando o espaço familiar e projetando a chegada da criança. Este movimento revela não só disponibilidade prática, mas também uma predisposição afetiva para o acolhimento que se manifesta mesmo em contextos marcados por incerteza e que se evidenciam mesmo antes da chegada da criança. Quando o acolhimento não se concretiza, este investimento traduz-se inevitavelmente, em sentimentos de frustração, desilusão e, por vezes, alguma ambivalência emocional: "Na terceira vez já nem acreditava" (FA3).

Esta realidade encontra eco também no estudo realizado por Diogo (2017), que refere que o contacto inicial para o acolhimento não garante a sua concretização, podendo ocorrer alterações ao longo do processo de decisão judicial. Neste sentido, Diogo (2017) sugere que as famílias tendem, ou deveriam tender, a evitar um investimento prévio elevado, como forma de prevenir desgaste emocional e económico. Porém, os resultados do presente estudo parecem apontar para uma dinâmica distinta. Apesar da incerteza, as famílias demonstram uma forte tendência para investir antecipadamente, tanto do ponto de vista emocional como material, chegando algumas a marcar períodos de férias a contar com a efetivação do acolhimento. Isto sugere que o envolvimento das famílias no processo de acolhimento não se rege apenas por uma lógica racional e/ou cautelosa, sendo profundamente influenciado pela expectativa de cuidar e pelo desejo de responder, de forma célere, às necessidades de uma criança que de um lar necessite.

Além da frustração associada a situações não concretizadas, os dados revelam também um processo de reajustamento progressivo das expectativas. Uma das famílias refere que, após uma experiência não concretizada, o contacto seguinte foi vivido com "outra expectativa" (FA2), o que indica uma aprendizagem gradual na gestão emocional destas situações, bem como uma adaptação às especificidades do funcionamento do sistema de acolhimento familiar (Diogo, 2017).

Este aspeto merece especial atenção, dado que evidencia que o envolvimento das FA se inicia muito antes da integração efetiva da criança. As sucessivas chamadas que não chegam a concretizar-se implicam um investimento emocional e material significativo, frequentemente seguidos por sentimentos de frustração e desilusão. Estes resultados reforçam a importância de as IEAF reconhecerem esta fase

como parte integrante da experiência de acolhimento, preparando e acompanhando as famílias nestes momentos de incerteza que, apesar de integrarem o processo de acolhimento, nem sempre são alvo de acompanhamento específico.

Adicionalmente, emerge como aspeto relevante por uma das famílias o tempo de espera entre a conclusão do processo de formação e a entrada efetiva de uma criança em acolhimento, sendo este percecionado como pouco claro e difícil de compreender: "não era muito percetível (...) demorar tanto tempo para ajudar uma criança" (FA2). Este intervalo temporal, tal como referido por Diogo (2017), pode contribuir para o aumento da ansiedade e da expectativa, sobretudo quando as famílias iniciam o processo com uma forte motivação para intervir e acolher de forma imediata. A discrepância entre a disponibilidade de acolher a concretização efetiva do acolhimento pode gerar alguma tensão.

3.5- Integração da Criança e Dinâmicas Familiares

A integração da criança na FA emerge como um dos momentos mais significativos de todo o processo de AF. Para além da adaptação da própria criança, esta fase implica também uma reorganização das dinâmicas familiares, exigindo ajustamentos ao nível das rotinas, das relações e da gestão do quotidiano. A análise das entrevistas permite compreender na 1ª pessoa esta experiência a partir de duas dimensões: a chegada e adaptação inicial e o impacto da sua integração na organização e funcionamento da família.

3.5.1- Chegada e Adaptação Inicial da Criança

A chegada da criança ao contexto de acolhimento constitui um momento crítico no processo que é marcado por uma forte ambivalência emocional, onde coexistem expectativas positivas, ansiedade e incerteza. Tal como evidenciado pelas famílias entrevistadas, este momento é vivido como uma fase de antecipação e prova das suas capacidades parentais: "havia alguma ansiedade natural de perceber quem eram as crianças, que necessidades cada uma delas tinha... Foi pôr-nos à prova e estarmos preparados" (FA2).

Esta perceção vai ao encontro do que a literatura refere ao caracterizar a chegada de uma criança como um momento emocionalmente intenso, frequentemente vivido com entusiasmo, mas também com alguma insegurança face ao desconhecido (Diogo, 2017; Oliveira, 2012). A integração implica, assim, um processo de ajustamento mútuo, onde tanto a criança como a família procuram estabelecer novos padrões de relação e confiança (Diogo, 2017).

Os dados recolhidos revelam que esta fase inicial pode assumir contornos mais exigentes, sendo descrita, em alguns casos, como caótica e desorganizadora: "o primeiro mês foi um bocadinho meio alucinante, não conseguíamos dar conta de tudo" (FA1). Esta experiência evidencia o impacto imediato da chegada da criança na organização familiar, exigindo uma rápida adaptação às necessidades específicas.

Não obstante, surgem também situações em que a integração é facilitada por fatores relacionais como a presença de filhos biológicos: "tínhamos a nossa filha que quebrou o gelo inicialmente" (FA3).

Este elemento confirma o papel mediador dos filhos na integração da criança acolhida, amplamente reconhecido na literatura (Höjer et al., 2013, citado por Diogo, 2017), contribuindo para a construção de vínculos mais rápidos e naturais.

A adaptação inicial não é linear, sendo frequentemente marcada por momentos de instabilidade emocional e comportamental. Uma das famílias descreve a necessidade de respeitar o ritmo da criança até que se pudesse efetivar o acolhimento "tivemos que ter calma e deixar as coisas fluir naturalmente" (FA4). Pelo descrito pela FA é possível perceber o impacto da transição para AF quando as crianças já se encontram em AR há largos anos, "esse fim-de-semana foi um bocadinho complicado... a criança também estava com medo é normal" (FA4). Este relato reforça a ideia de que a entrada no acolhimento pode reativar sentimentos de insegurança e perda, sobretudo em crianças com percursos marcados por instabilidade, negligência ou institucionalização. Neste sentido, a teoria da vinculação (Bowbly, 1969/1982, citado por Diogo, 2017) permite compreender estas reações como expressões de vínculos inseguros, onde a dificuldade em confiar no outro se traduz em comportamentos de resistência ou de ambivalência. De forma particularmente expressiva, uma família descreve comportamentos de teste constantes por parte da criança "foi muito, muito difícil... A criança.... Colocou-nos à prova constantemente... pedia-nos para a irmos pôr à Instituição... O medo era de tal maneira grande que ela não sabia lidar de outra forma" (FA5). Este excerto ilustra claramente aquilo que a literatura descreve como estratégias de vinculação insegura, em que a criança testa a consistência da resposta dos cuidadores. Estes comportamentos devem de ser compreendidos à luz das experiências adversas prévias, exigindo das famílias competências acrescidas de empatia, consistência e regulação emocional, características associadas ao conceito de "*parenting-plus*" (Berrick & Skivenes, 2012).

Verifica-se que algumas crianças apresentam uma adaptação aparentemente mais rápida: "entraram e tomaram conta do espaço... Passou a ser a casa deles muito rápido" (FA2). Ainda assim, esta integração inicial positiva não invalida a existência de desafios subsequentes, sendo frequentemente seguidas por fases de maior instabilidade, como também descrito pelas famílias.

Assim, a chegada da criança deve ser compreendida como um processo dinâmico e não como um momento isolado, implica fases distintas de adaptação emocional e relacional. A capacidade da família para oferecer um ambiente estável, previsível e afetivamente disponível revela-se central e que funciona como um espaço reparador que é capaz de promover a reorganização emocional da criança (Delgado, 2010b; Oliveira, 2012).

3.5.2- Impacto nas rotinas e organização familiar

A integração da criança no seio da FA traduz-se, inevitavelmente, em transformações nas dinâmicas familiares, ainda que com graus diferentes de intensidade. Enquanto algumas famílias percecionam estas mudanças como naturais- "a nossa dinâmica familiar não foi muito adaptada" (FA3); "as mudanças não são muitas" (FA4) - outras evidenciam alterações profundas ao nível da organização quotidiana. Esta diversidade de experiências também confirma a literatura, que aponta para diferentes níveis de impacto

do acolhimento, podendo variar entre uma integração fluída e uma reorganização significativa da vida familiar (Nutt, 2006).

Em particular, as famílias com maior número de crianças acolhidas ou com crianças mais exigentes referem mudanças estruturais: "agora gerimos em função dos horários e necessidades deles... Temos de nos organizar tanto durante a semana como ao fim-de-semana" (FA2). Esta FA acolhe uma fratria de três irmãos com idades compreendidas entre os 5 e os 2 anos e revela que estas alterações se traduzem numa reorganização de tempo, das rotinas e das prioridades familiares, frequentemente acompanhadas por desgaste físico e emocional: "a privação do sono...desorganizou muito a forma de estar e pensar" (FA2). Este dado reforça a ideia de que o acolhimento implica exigências acrescidas ao nível da gestão do tempo e da energia, constituindo um dos principais desafios identificados na literatura (Delgado, 2010b; Diogo, 2017). Para além da organização interna, verifica-se também um alargamento do impacto à rede familiar e social "envolve toda a família... Sabemos que temos ali um suporte" (FA2), fator que a família identifica de extrema importância sem o qual não seria possível manterem-se em acolhimento. Este suporte revela-se fundamental, funcionando como fator de proteção face ao desgaste emocional, conforme defendido por Giligan (1996), citado por Diogo (2017).

Ao nível das relações intrafamiliares, o acolhimento pode introduzir tensões, particularmente na conjugalidade. Um dos testemunhos evidencia de forma clara este impacto ao referir que "discutimos como nunca tínhamos discutido...temos formas diferentes de abordar a criança" (FA5). Este excerto ilustra a complexidade da coparentalidade no contexto do acolhimento, exigindo negociação, adaptação e construção de consensos. Ainda assim, observa-se a capacidade de ajustamento da família: "eu respeito o que tu estás a fazer e tu respeitas o que eu estou a fazer" (FA5), evidenciando processos de reorganização relacional (Diogo, 2017).

Relativamente aos filhos biológicos, os dados confirmam a existência de reações ambivalente, nomeadamente de ciúmes à medida que o acolhimento avança: "a nossa filha começou a ficar muito ciumenta... Foi muito complicado...chorei baba e ranho" (FA3). Este resultado está em linha com a literatura (Höjer et al., 2013, citado por Diogo, 2017; Nutt, 2006), que destacam a necessidade de atenção aos filhos biológicos, que podem experienciar sentimentos de perda de atenção ou necessidade de reajustamento emocional.

Por outro lado, emergem dinâmicas positivas, com a construção de relações fraternas de pertença "ela refere-se aos meus filhos como sendo irmãos" (FA5). Este dado evidencia o potencial do acolhimento para promover relações significativas e integradoras.

Por fim, importa destacar o papel das estratégias de adaptação mobilizadas pelas famílias, nomeadamente a comunicação e coerência – "é sermos todos coerentes e comunicarmos entre todos" (FA2) -, estruturação de rotinas- "a principal estratégia é as rotinas" (FA3) -, autorregulação emocional- "respirar fundo, contar até 10" (FA5); - recursos à rede de suporte "temos essa parte (...) toda a gente acolheu a criança" (FA5).

3.6- Dimensão Emocional do Acolhimento

A dimensão emocional do AF emerge, nos discursos das famílias, como uma experiência densa, contínua e profundamente exigente, onde as emoções não surgem de forma isolada, mas entrelaçadas no quotidiano do cuidado. Trata-se de uma vivência marcada por uma constante oscilação entre satisfação e desgaste, segurança e dúvida, proximidade e necessidade de contenção.

Os aspetos mais positivos estão, de forma muito evidente, associados às mudanças observadas nas crianças e ao vínculo que se constrói com elas: "a maneira de ser dela, muito mais aberta (...) já tem uma grande diferença ao nível do desenvolvimento" (FA4); "a alegria que vemos nas crianças (...) a segurança que eles sentem" (FA2).

Estas transformações são particularmente significativas quando analisada à luz da teoria da vinculação, que sublinha a importância das relações estáveis e responsivas para a reorganização emocional da criança, tal como defende Bowbly (1969/1982) citado por Diogo (2017). As famílias não descrevem apenas comportamentos, descrevem sinais de confiança, segurança, pertença. Sinais de que a criança começa, progressivamente, a sentir-se segura naquele contexto.

Esta experiência tem também um impacto emocional claro na família: "entrar em casa e ter uma criança é vida" (FA4); "é uma festança quando ela chega" (FA1). O acolhimento surge, assim, como uma experiência que traz significado e mobiliza afetos, reforçando a ideia de que o cuidado não é só uma resposta funcional, mas uma relação com impacto emocional mútuo.

Uma das emoções mais presentes nos discursos é a dúvida constante: "estar sempre na expectativa (...) se estamos a fazer o bem, se estamos a fazer o mal" (FA3). Esta incerteza revela a complexidade do papel da FA, que não se limita a cuidar, mas é chamada a interpretar comportamentos, responder a necessidades que muitas vezes nem são verbalizadas e, em simultâneo, ajustar continuamente a sua intervenção. Estas exigências vão ao encontro do conceito de *parenting-plus* (Berrick & Skiveness, 2012), que refere que estas famílias necessitam de competências acrescidas, nomeadamente ao nível da regulação emocional e da capacidade reflexiva.

A incerteza intensifica-se quando não existe um projeto de vida claro para a criança: "não sabemos muito bem para onde os direcionar" (FA2). Nestes casos, a dimensão emocional articula-se diretamente com a dimensão mais estrutural da medida e com o próprio sistema de promoção e proteção. A ausência de previsibilidade compromete não só o bem-estar emocional da família, mas também da sua capacidade de orientar as crianças. Como refere a literatura, a estabilidade e a clareza do percurso são fundamentais para promover a segurança emocional (Chumbo, 2025; Diogo, 2017).

Outro elemento central desta dimensão emocional prende-se com a intensidade das necessidades afetivas das crianças: "parecia que só existia eu no mundo dela (...) era sufocante (...) eu comecei a rejeitá-la (...) sentia-me mal comigo" (FA5). Este discurso revela o impacto emocional do AF em situações onde a criança apresenta histórias de vinculação fragilizada. Tal como descrito por Oliveira

(2012), estas crianças podem manifestar comportamentos de procura intensa ou teste relacional, exigindo das figuras cuidadoras uma resposta consistente e emocionalmente disponível.

Porém, esta disponibilidade tem limites e quando esses limites são atingidos surgem sentimentos que são muito difíceis, como o cansaço ou até rejeição momentânea. O que pode tornar a experiência ainda mais exigente já que estes sentimentos coexistem com a consciência de que as crianças são seres que necessitam de cuidado, esta ambivalência gera, muitas vezes, culpa e desgaste.

Os dados mostram que estas dificuldades são, muitas vezes, integradas numa leitura global positiva da experiência: "os aspetos negativos são suplantados por todos os positivos" (FA5). Esta afirmação sugere que o impacto na vida da criança funciona como um fator protetor que permite às FA dar significado às dificuldades e continuar investidas na relação.

A experiência emocional estende-se ao próprio sistema familiar nuclear, nomeadamente da vida conjugal: "discutimos como nunca tínhamos discutido" (FA5). O acolhimento introduz novas exigências e expõe diferentes formas de cuidar, exigindo adaptação e negociação. No entanto, os relatos mostram também capacidade de reorganização: "acabámos por encontrar esse equilíbrio" (FA5). Este processo pode ser compreendido à luz das teorias de *coping* e da resiliência (Shirley, 2015; Diogo, 2017), que destacam a capacidade das FA de se ajustarem a contextos exigentes através da mobilização de recursos internos e relacionais.

A antecipação da separação surge como uma dimensão emocional transversal: "o mundo vai cair quando ela for embora" (FA1); "não vamos dizer que será fácil (...) mas é o que é" (FA3). Mesmo quando as famílias afirmam estar preparadas, reconhecem que o impacto emocional será inevitável. Esta consciência reforça a natureza particular do acolhimento: investir afetivamente numa relação que pode cessar. Tal exigência implica uma forma de vinculação consciente da transitoriedade, que exige ao mesmo tempo o envolvimento e a capacidade de deixar ir (Chaves, 2018; Chumbo, 2025; Diogo, 2017).

3.7- Relação com a Família de Origem

A relação entre as FA e as FO assume contornos diversos consoante o grau de contacto estabelecido, a organização dos convívios e a experiência subjetiva de cada família.

Das famílias entrevistadas, apenas três se encontram em processos de reunificação familiar, verificando-se níveis de proximidade diferentes: enquanto uma conhece ambos os progenitores, outra apenas conhece a progenitora, por decisão técnica, e uma terceira não estabelece qualquer contacto direto. Independentemente deste proximidade, os convívios decorrem maioritariamente nas instalações da IEAF com supervisão técnica, sendo o transporte assegurado pelas FA até pontos de encontro previamente definidos.

A organização destes convívios constitui um desafio relevante, sobretudo por ocorrerem frequentemente ao final do dia, interferindo com as rotinas familiares. Este dado vai ao encontro do referido por Carvalho et al., (2019) e Santos (2023), que identificam as deslocações, horários e encargos como uma das principais dificuldades associadas à manutenção de contactos entre a criança e a FO.

Apesar destas exigências, as famílias tendem a descrever a relação com a FO de forma positiva, assente numa postura de respeito, não julgamento e reconhecimento do lugar que a FO ocupa na vida da criança: "uma experiência cordial (...) não fazer juízos de valor sobre os pais (...) que seja uma oportunidade" (FA2). Esta perspetiva confirma a compreensão de que o AF não rompe, necessariamente, com a FO, corroborando Delgado et al., (2014) que descrevem esta relação como marcada por um equilíbrio entre cooperação e tensão.

Em alguns casos, essa postura traduz-se numa empatia significativa face à situação dos progenitores: "quando a conheci ficou-me a doer o coração (...) sinto pena (...) não me causa repulsa" (FA3). Esta afirmação aproxima-se do descrito por Nutt (2006, citado por Diogo, 2017), ao evidenciar a capacidade de algumas FA reconhecerem as fragilidades da FO sem as desqualificar, contribuindo para relações mais colaborativas.

Esta dimensão relacional não está isenta de tensão, a gestão dos convívios constitui um dos momentos mais exigentes da experiência. Particularmente quando as FA assumem um papel direto na entrega e recolha das crianças "éramos nós a retirar as crianças do colo dos pais (...) fazíamos o papel de bicho-papão (...) aquele momento era fraturante no equilíbrio deles" (FA2). Este relato evidencia a carga emocional associada a estes momentos que são também percecionados como potencialmente desorganizadores para as crianças. Estas experiências ilustram, de forma concreta, a complexidade da dupla parentalidade descrita por Tribuna e Relvas (2007), onde a criança é exposta a dois sistemas familiares distintos, podendo gerar confusões, tensões emocionais e dificuldades na gestão das transições.

Algumas FA evidenciam a necessidade de delimitar claramente o seu papel, recusando assumir responsabilidades que ultrapassam as suas funções, nomeadamente ao nível do transporte das crianças em horário laboral: "nós não tínhamos de fazer esse processo (...) não posso parar o meu serviço (...) vocês é que têm que ver buscá-las" (FA3). Esta necessidade de delimitação confirma o que Bertão et al., (2015) identificam como um dos maiores desafios das FA: cooperar com os diferentes intervenientes sem comprometer o papel específico das FA.

Ainda assim, os dados evidenciam a importância do papel da equipa técnica na mediação destes processos, sendo esta mediação valorizada principalmente quando contribui para reorganizar situações mais complexas. Este reconhecimento confirma o que a literatura aponta relativamente à centralidade da mediação técnica na gestão da relação entre criança, FA e FO, especialmente em contextos mais sensíveis (Carvalho et al., 2019).

Outro aspeto importante é o impacto que os contactos têm na criança, sendo referido pelas famílias que estes momentos podem gerar alterações comportamentais: "ficam mais agitados e descontrolados" (FA2); "fica um bocadinho mais agressivo após esses contactos" (FA3). Este dado confirma os resultados de outros estudos como o de Santos (2023) e o de Chumbo (2025), que identificam a gestão emocional da criança antes e após os convívios com um dos desafios mais exigentes para as FA. Mas esta realidade não conduz necessariamente à rejeição dos contactos. Pelo contrário, as famílias

reconhecem a importância dos mesmos para as crianças, ainda que com reservas: “é importante (...) manter contacto com a mãe porque mãe é mãe (..) eu até gosto que ela esteja com a mãe” (FA4). Esta posição reflete o que Bertão el al., (2015) referem relativamente à manutenção do vínculo como elemento essencial para o sentimento de pertença e construção da identidade da criança. No entanto, a mesma família evidencia uma leitura crítica destes momentos: “não lhe faz muito bem (...) nos dias das chamadas fica mais tristonha” (FA4). Esta ambivalência confirma a perspetiva de Beek & Schifield (2004b) citado por Bertão et al., (2015), que defendem que os contactos devem de ser avaliados à luz do impacto que têm na criança, podendo ser simultaneamente estruturantes ou perturbadores. Por fim, os dados revelam uma preocupação clara das famílias em definir o seu lugar na relação com a FO, evitando posicionamento de rivalidade: “não me vejam como uma inimiga (...) eu não estou a ocupar o lugar deles (...) sei o meu papel e sei o papel deles” (FA4). Este posicionamento evidencia uma consciência do carácter partilhado e complexo da parentalidade no acolhimento, aproximando-se da notação de “cooperação regulada” proposta por Carvalho et al. (2019), onde se procura evitar tanto o conflito como a confusão dos papéis de cada um.

3.8- Acompanhamento Técnico

Os resultados evidenciam que o acompanhamento técnico desenvolvido pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS é percecionado pelas FA como um elemento central na vivência e continuidade do AF, assumindo-se como um suporte crucial face às exigências emocionais e práticas que o processo requer.

Desde logo, destaca-se a valorização do apoio emocional e da disponibilidade constante da equipa técnica, sendo este aspeto reiterado e transversal em todos os discursos. Uma das famílias afirma de forma particularmente expressiva que “se não fosse a equipa nós não nos tínhamos aguentado a bronca (...) e ajuda muito nós sabermos que temos alguém sempre disponível, com quem podemos falar à vontade, expormos à vontade aquilo que sentimos” (FA5), evidenciando o papel da equipa enquanto elemento estruturante na gestão das dificuldades. Esta perceção é corroborada por outras famílias, que sublinham o suporte e o “saber que podemos contar sempre com a opinião da equipa” (FA1), bem como a possibilidade de recorrer às técnicas em situações mais delicadas.

Ainda nesta linha, a acessibilidade dos profissionais surge como um fator diferenciador, sendo descrita como uma mais-valia: “vocês são acessíveis (...) seja a qualquer hora do dia ou da noite que uma pessoa precise” (FA1). Também a dimensão relacional é fortemente enraizada, com referências a uma “relação de proximidade” (FA1), “abertura e suporte” (FA2), “Perfeita, Ótima (...) De 0 a 100, 101%.” (FA3) e até uma relação de “empatia (…) que está quase a dar numa amizade” (FA4). Estes discursos revelam que o acompanhamento técnico é vivido não apenas como intervenção profissional, mas também como relação de confiança e segurança.

Paralelamente, emerge de uma forma consistente a valorização de um acompanhamento equilibrado entre a proximidade e respeito pela autonomia familiar. No caso das FA acompanhadas pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda há famílias que são acompanhadas com visita presencial

uma vez por mês e há famílias que são acompanhadas semanalmente ou quinzenalmente conforme o tempo de acolhimento que se prevê que no início a presença da equipa é mais intensificada. Na amostra a maioria das famílias já está com acompanhamento mensal. Uma das famílias refere que "não se intrometeram nem foram chatos (…) deixaram-nos sempre à vontade na nossa gestão" (FA3), acrescentando que "nunca houve intromissão em excesso (…) acerca do que tínhamos que fazer". Esta perceção é particularmente relevante, pois evidencia a importância de uma intervenção não intrusiva, que reconhece as competências das FA. Esta dimensão encontra respaldo na literatura, que sublinha a necessidade de o acompanhamento técnico equilibrar proximidade e objetividade, visando a promoção de Relações de confiança sem comprometer a autonomia dos acolhedores (Diogo, 2017).

Outro aspeto relevante prende-se com a proximidade do acompanhamento em momentos críticos, sendo este identificando como determinante para a resolução de situações complexas. Uma das famílias destaca o apoio recebido em questões burocráticas: "se não fosse a equipa, nós nunca tínhamos conseguido superar o problema" (FA1), referindo dificuldades concretas associadas à obtenção de documentação essencial para a criança. Também outra narrativa evidencia o papel da equipa em momentos de crise emocional "se não fosse a equipa eu acho que a tinha ido levar para a Instituição porque estava esgotada" (FA4). Os testemunhos ilustram o papel preventivo do acompanhamento técnico face à rutura do acolhimento, corroborando a literatura que aponta para a importância de um acompanhamento proativo, intense e responsivo, sobretudo nas fases iniciais (Delgado, 2007). Desta forma, o apoio técnico assume não apenas uma função de acompanhamento, mas também de contenção emocional e de suporte.

Ainda que a avaliação se verifique globalmente positiva, os dados permitem igualmente identificar algumas fragilidades e áreas de melhorias. Em particular, uma família refere a "falta de informação inicial" como um aspeto negativo, salientando que "a informação não era consistente e também não era muito clara" (FA2), o que gerou ansiedade e irritação. Esta perspetiva evidencia a importância da clareza e da consistência da informação, sobretudo numa fase inicial que é, naturalmente, marcada por incerteza. Esta fragilidade encontra paralelo na literatura, que igualmente identifica a insuficiência de informação como um dos principais constrangimentos percecionados pelas FA (Wilson et al., 2003, citado por Diogo, 2017), podendo comprometer a adaptação ao processo.

Além disso, surgem ainda questões que apontam para o reforço de dimensões complementares do acompanhamento. Uma das famílias propõe a criação de espaços de partilha entre FA, referindo que "podia ser importante" existirem momentos de encontro promovidos pela equipa (FA3). Na mesma linha, a família sugere o envolvimento de FA com experiência prévia de acolhimento na formação de novas FA, como forma de tornar a preparação mais realista: "as pessoas podem perceber para o que vão porque às vezes estão um bocado iludidas" (FA3).

É ainda identificada a necessidade de ajustar a formação a diferentes perfis de crianças, nomeadamente no caso de bebés, sendo referido que "os cuidados mais básicos (...) são mais para os garotos com 4 ou 5 anos" (FA), sugerindo uma menor adequação a faixa etárias mais baixas.

Importa destacar que, apesar de algumas limitações, as famílias demonstram uma compreensão contextualizada dessas fragilidades, reconhecendo que se trata de processos em desenvolvimento "como são processos que estão a ser iniciados, é compreensível" (FA2), remetendo para o facto de a medida ainda ser recente. Este dado revela uma leitura crítica, mas ao mesmo tempo colaborativa, por parte das famílias.

No que respeita à relação com os profissionais, esta é unanimemente avaliada de forma muito positiva, sendo descrita como "uma relação de suporte" (FA2), "boa, muito boa" (FA5), "perfeita, ótima" (FA3), reforçando a consistência dos resultados. Esta valorização da relação técnico-família reforça a centralidade do vínculo na intervenção, tal como defendido na literatura do Serviço Social, que enfatiza a importância da escuta ativa, da empatia e da construção de relações de confiança (Chaves, 2018; APSS, 2019). Contudo, a referência a uma relação "quase a dar numa amizade" (FA4) exige uma leitura crítica, uma vez que, do ponto de vista ético-profissional, é necessário garantir limites claros na relação de ajuda. Ainda assim, no contexto analisado, esta proximidade parece ser vivida como um fator de segurança e não como uma fragilidade da intervenção.

3.9- Perceção das Famílias sobre as Aldeias de Crianças SOS

Um aspeto particularmente relevante que emerge dos dados prende-se com a forma como as famílias percecionam as Aldeias de Crianças SOS, sendo evidente que esse conhecimento é, na maioria dos casos, parcial e fortemente centrado na resposta de acolhimento residencial, que constituiu a face mais visível da instituição no território ainda que tenha, atualmente, outras respostas como o CAFAP.

De facto, mesmo quando existe conhecimento prévio, este surge frequentemente associado a experiências indiretas ou contactos pontuais, não refletindo um conhecimento aprofundado da diversidade de respostas da Associação: "já conhecíamos, principalmente porque estive na CPCJ (...) conhecia a maior parte das instituições da zona" (FA2); "Eu conheci as Aldeias com 16 anos, através de uma visita de estudo (...), mas não tenho conhecimento do trabalho desenvolvido" (FA4). Outras famílias referem um conhecimento ainda mais distante, construído sobretudo através da imagem pública ou de referências do contexto social: "eu acho que sim, nós e toda a gente da Guarda conhece a Aldeia SOS (...), mas não tenho grande convivência" (FA5); "Antes do acolhimento familiar já conhecíamos (...) dei aulas a uma turma das Aldeias" (FA1). Mesmo quando a perceção sob a Associação é claramente positiva, ela assenta mais numa ideia geral de qualidade e de utilidade social do que numa compreensão concreta do trabalho desenvolvido: "creio que fazem um ótimo trabalho de apoio e suporte à comunidade" (FA2); "é um trabalho bastante benéfico para a sociedade e necessário" (FA1). Porém, quando as famílias explicitam o que efetivamente conhecem, torna-se evidente a associação imediata ao acolhimento residencial "as Aldeias de Crianças SOS associamos ao acolhimento residencial" (FA5). E mesmo no contexto já integrado do AF, algumas famílias reconhecem essa limitação no conhecimento: "o trabalho em si desenvolvido não conheço em profundidade. Conheço a imagem que passa" (FA2). Esta leitura permite concluir que as famílias constroem as suas perceções a partir de uma imagem

institucional tanto mais visível como mais enraizada e socialmente mais consolidada, permanecendo menos claras outras áreas de intervenção da Associação. A avaliação feita é positiva, mas não resulta necessariamente de um conhecimento aprofundado.

Importa, reconhecer que a própria associação tem vindo, nos últimos anos, a desenvolver esforços e investimentos para diversificar e tornar mais visíveis as diferentes respostas que integra, procurando também ultrapassar a imagem historicamente associada quase exclusivamente ao acolhimento residencial. A implementação da IEAF e o investimento na promoção do acolhimento familiar, refletem esse processo de transformação, contribuindo para uma compreensão mais holística do trabalho desenvolvido pelas Aldeias de Crianças SOS.

Ainda assim, é interessante notar que, com a entrada no AF, esta perceção tende a transformar-se como resultado da experiência: "Agora, as Aldeias têm um significado diferente para nós" (FA1). O que é bastante significativo, pois demonstra que o contacto direto com a medida permite reconfigurar a forma de como a instituição é sentida e compreendida, tornando-a mais próxima da experiência vivida.

3.10- Desafios e Propostas da Melhoria da Medida de Acolhimento Familiar

Ao refletirem sobre a sua experiência, as FA não se limitam a identificar dificuldades, mas também revelam uma capacidade crítica e um envolvimento genuíno na melhoria da medida, assente na vivência concreta do quotidiano com as crianças.

Um dos aspetos que emerge com maior clareza prende-se com a indefinição do projeto de vida da criança, sendo percecionado, em alguns casos, um prolongamento da medida sem direção clara: "que seja definido com clareza qual é o caminho (...) que não seja apenas um meio para ganhar tempo (...) o projeto de vida tem de ser construído a partir do momento em que ela é tirada da família" (FA2). Estas narrativas trazem à reflexão uma questão particularmente que é sensível que se trata do risco de o sistema, ainda que com uma intenção claramente protetora, se torne ele próprio gerador de incerteza. A ausência de decisões atempadas parece que colide com aquilo que a literatura identifica como central que é a necessidade de estabilidade e previsibilidade no percurso da criança e das próprias FA (Chumbo, 2025, Chaves, 2018, Diogo, 2017). Mais do que falhas técnicas evidencia-se uma tensão entre aquele que é o tempo do sistema e o tempo que é o da criança e o das próprias FA.

A análise documental permitiu igualmente reforçar esta realidade, evidenciando que a definição atempada do projeto de vida das crianças constitui um dos maiores desafios do AF. A ausência de decisões claras prolonga períodos de incerteza que afetam as crianças, FA e profissionais. Quando a temporalidade da medida deixa de corresponder ao seu carácter transitório, surgem consequências que ultrapassam cada caso individual. Além do impacto emocional nas famílias e nas crianças, verifica-se que os acolhimentos de longa duração acabam por retirar a disponibilidade às famílias para acolher novas crianças, limitando a capacidade de resposta do sistema. Assim, uma medida concebida como temporária pode, paradoxalmente, contribuir para reduzir o número de famílias disponíveis para outros acolhimentos, comprometendo um dos seus princípios estruturantes, que consiste em proporcionar uma

resposta familiar reparadora durante o período estritamente necessário à definição e concretização do projeto de vida da criança.

Também ao nível da articulação entre equipas, as famílias revelam uma perceção de fragmentação: "parece que fica tudo à margem (...) as decisões nem sempre são suficientemente articuladas" (FA2). Isto revela não apenas uma dificuldade no trabalho em rede, mas também uma experiência de intervenção percecionada pelas famílias como fragmentada e desalinhada, podendo comprometer a coerência da intervenção. Tal como referido por Carvalho et al. (2019), a complexidade do acolhimento exige uma comunicação consistente entre as diferentes pessoas e quando esta comunicação falha, o sistema torna-se automaticamente menos legível para quem está no terreno.

Outro ponto particularmente expressivo prende-se com a ausência ou atraso no apoio psicológico às crianças: "devia ser uma condição obrigatória (...) isto deixou-nos incrédulos" (FA2). A crítica acaba por não ser apenas funcional como também ética, já que a lei prevê não só o acesso como também prioridade. Considerando que muitas destas crianças chegam ao acolhimento com histórias de vida marcadas pelo trauma, a ausência de intervenção psicológica precoce contraria o próprio propósito reparador do acolhimento (Delgado, 2010b; Oliveira, 2012). O que as famílias evidenciam é um desfasamento entre aquilo que se espera da medida e aquilo que, por vezes, se concretiza.

A questão da informação disponibilizada às famílias emerge de forma recorrente e com impacto emocional que pode ser danoso para o sucesso do acolhimento: "não soubemos nada do que gostava ou não gostas (...) para o primeiro choque não ser tão choque (...) esses pormenores (...) podem ser cruciais" (FA3). A ausência de informação não é só uma lacuna técnica; é vivida pelas famílias como uma falha na preparação da relação entre a FA e a criança. A integração de uma criança começa muito antes da sua chegada, e quando essa preparação não existe, aumenta a probabilidade de existirem desencontros numa fase inicial que é a mais importante. A literatura tem vindo a sublinhar precisamente a importância desta fase como elemento-chave para o sucesso do acolhimento (Delgado, 2007; Diogo, 2017).

Uma das dimensões mais complexas e, ao mesmo tempo, mais ricas que surgiu da recolha destes dados é a ambivalência das famílias relativamente ao seu lugar no sistema. Se por um lado, encontramos discursos de afastamento: "não temos nada a ver com o assunto (...) nem temos esse direito" (FA1). Por outro lado, surgem posições que reivindicam reconhecimento: "ninguém melhor que nós que tivemos 24h por dia com a criança" (FA3). Estes discursos revelam um paradoxo que já foi identificado pela literatura em que as famílias são centrais no cuidado, mas, ao mesmo tempo, periféricas naquela que é a decisão (Riggs, 2015). O que os dados nos mostram é que esta posição não é vivida de forma homogénea, algumas famílias internalizam um papel mais passivo, enquanto outras sentem necessidade de afirmar a sua voz, sobretudo quando percebem que o conhecimento que detêm sobre a criança não está a ser considerado.

Esta necessidade torna-se particularmente evidente em momento de transição: "para que (...) a criança não vá uma folha branco como aqui chegou" (FA3). Este excerto demonstra, mais do que uma proposta técnica, uma preocupação profundamente relacional que é a continuidade da história da

criança. A FA posiciona-se como guardiã de um conhecimento da criança que não deve ser perdido em momentos de transição e atendendo que aquando do acolhimento as informações são escassas, propõe-se que na transição para outra medida (regresso à FO ou adoção) tal não se repita.

Uma das propostas mais significativas, pela sua dimensão mais estrutural, prende-se com a necessidade de maior divulgação da medida: "há muita gente que desconhece completamente" (FA3). Este dado não é isolado, articula-se com o que a literatura tem vindo apontar como uma fragilidade do sistema português que é uma ausência de uma cultura consolidada de acolhimento familiar (Chumbo, 2025; Diogo, 2017; Negrão et al., 2019). O que as famílias sugerem vai além da divulgação, implica ainda uma mudança cultural e um maior conhecimento social sobre o que significa acolher. As famílias defendem que este esforço não deve caber apenas às IEAF, mas envolver os serviços e diferentes entidades do sistema, promovendo um trabalho articulado de divulgação e sensibilização para uma medida que concretiza o direito das crianças a crescerem em ambiente familiar.

No seu conjunto, os resultados revelam que as FA ocupam um lugar particularmente interessante são simultaneamente participantes, observadoras e críticas da medida. As propostas não surgem de um lugar teórico, mas de uma experiência que é vivida, onde o cuidado diário com a criança lhes permite identificar, com clareza, as potencialidade e fragilidades do AF. Mais do que apontarem falhas, as famílias apelam, de uma forma geral, a um sistema que seja mais coerente, transparente e mais alinhado com aquilo que todos os intervenientes reconhecem como central que se trata de ser o tempo, as necessidades e a dignidade da criança que não colide com o tempo dos adultos nem com o tempo do sistema.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar a experiência e a perceção das FA acompanhadas pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda relativamente ao AF, considerando simultaneamente a vivência da medida e o acompanhamento técnico de que beneficiam. Através da realização de um estudo de caso de natureza qualitativa, foi possível compreender de que forma estas famílias vivenciam o exercício do acolhimento, identificar as suas principais motivações, desafios e necessidades, bem como refletir sobre o papel do acompanhamento técnico na qualidade e estabilidade da medida.

Os resultados obtidos permitem responder aos objetivos definidos, evidenciando que o AF é percecionado pelas famílias como uma experiência profundamente transformadora, simultaneamente exigente e gratificante, caracterizada pelo elevado investimento afetivo, sentido de responsabilidade e compromisso com as crianças acolhidas. Verificou-se que a decisão de acolher resulta de um processo complexo, sustentado sobretudo por motivações centradas na criança, em valores de solidariedade e responsabilidade social, mas também em percursos de vida, experiências pessoais e profissionais e projetos familiares. Ao longo da experiência de acolhimento, as famílias enfrentam desafios relacionados com a adaptação à criança, com a reorganização da dinâmica familiar, com a gestão emocional, com a relação com a FO e com a incerteza relativamente aos projetos de vida das crianças. Apesar destas exigências, identificam o AF como uma experiência de crescimento pessoal e familiar, reconhecendo o impacto positivo que tem na vida das crianças.

O estudo evidencia igualmente a importância da preparação das famílias para o exercício do AF, bem como do acompanhamento técnico prestado pelas IEAF. As famílias valorizam a disponibilidade, proximidade, competência técnica e apoio emocional prestado pela equipa, considerando este acompanhamento como um fator determinante para a estabilidade do AF e para a gestão de dificuldades inerentes a todo o processo. A par disto, identificam oportunidades de melhoria relacionadas com uma maior divulgação e sensibilização da medida, o reforço da informação disponibilizada sobre a criança que acolhem, a formação contínua, a criação de espaços de partilha e de entreajuda entre FA, o acesso mais célere de acompanhamento psicológico para as crianças e, entre outros, o fortalecimento da articulação entre os diferentes intervenientes do Sistema de Promoção e Proteção.

Um dos principais contributos da pesquisa consiste na identificação da definição atempada dos projetos de vida das crianças como um dos maiores desafios do AF. Os resultados sugerem que o prolongamento dos acolhimentos, decorre da demora na definição e concretização dos projetos de vida, produz impactos que ultrapassam cada caso individual. Além das implicações emocionais para as crianças e famílias, esta realidade condiciona a sustentabilidade da própria medida, uma vez que acolhimentos prolongados tendem a reduzir a disponibilidade das famílias para futuros acolhimentos, limitando, assim, a capacidade de resposta do sistema. Esta constatação evidencia a necessidade de refletir sobre a forma como os diferentes intervenientes articulam aquela que é a sua intervenção, assegurando que o carácter temporário do AF corresponde efetivamente ao superior interesse da criança.

Ao nível científico, este estudo contribui para reforçar o conhecimento sobre uma realidade ainda pouco investigada e desenvolvida em Portugal, privilegiando a voz das FA enquanto os principais protagonistas da medida. Ao centrar-se nas suas perceções, experiências e propostas de melhoria, permite alcançar e compreender dimensões menos visíveis do AF, constituindo um contributo valioso para uma compreensão mais integrada do funcionamento do AF e do papel desempenhado pelas IEAF.

Também reconhecemos no estudo algumas limitações, tratando-se de um estudo de caso desenvolvido numa só IEAF, envolvendo um número reduzido de FA. Embora esta opção metodológica tenha permitido uma análise aprofundada das experiências vividas na primeira pessoa pelas famílias, os resultados não podem ser generalizados à realidade nacional. Acresce que todas as famílias se encontram a viver o primeiro acolhimento, não sendo possível comparar perceções entre famílias com diferentes níveis de experiência. Ainda assim, a profundidade da análise permitiu compreender aspetos relevantes da experiência vivida pelas FA e identificar questões que justificam futuras investigações.

É pertinente desenvolver estudos de âmbito nacional que integrem diferentes IEAF e diferentes contextos territoriais, permitindo compreender tendências, semelhanças e especificidades e que integrem os diferentes intervenientes do Sistema de Promoção e Proteção, designadamente FA, profissionais e decisores. Será também relevante aprofundar o impacto da duração dos acolhimentos na sustentabilidade da própria medida, bem como analisar de que forma a definição e concretização dos projetos de vida das crianças influencia a disponibilidade das famílias para novos acolhimentos e a capacidade de expansão do AF em Portugal.

Importa, por fim, refletir sobre os contributos desta pesquisa para a intervenção do SS no AF. Enquanto profissão que integra obrigatoriamente as IEAF, os AS assumem um papel estruturante em todas as fases da medida. A experiência das FA demonstra que a qualidade do acolhimento depende, em grande medida, da intervenção desenvolvida pelos AS. A proximidade, a disponibilidade, a mediação entre os diferentes intervenientes, a escuta ativa, o apoio emocional e a articulação em rede são identificados pelas FA como elementos essenciais para a estabilidade da medida. Ao mesmo tempo, a pesquisa reforça a função de advocacia dos AS, enquanto profissionais que promovem e defendem os direitos das crianças, dão voz às crianças e às FA, influenciam decisões e contribuem para que os projetos de vida sejam definidos e concretizados em tempo útil. Assim, mais do que acompanhar a medida, o SS afirma-se como um pilar essencial na intervenção no AF.

Em síntese, o AF constitui muito mais do que uma medida de colocação prevista na lei. Representa um forte compromisso humano que assenta na disponibilidade de famílias que acolhem, protegem e investem afetivamente em crianças cujos percursos de vida foram marcados por experiências adversas e traumáticas. Reforçar esta resposta implica não só aumentar o número de FA, mas também assegurar decisões mais céleres, acompanhamento técnico de qualidade e políticas públicas que promovam a sua consolidação. Mais do que acolher uma criança, as FA demonstram que acolher significa construir, todos os dias, oportunidades de reparação e futuro, reafirmando o AF como a resposta que melhor concretiza o direito de cada criança a crescer num ambiente familiar seguro, previsível e estável.

Fontes

Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo- https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro- Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de proteção de crianças e jovens em perigo- https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/11-2008-248483

Lei n.º 142/2015, de 08 de Setembro- Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro- https://pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2426&ficha=1

Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho- Define os critérios, regras e formas em que assenta o modelo específico da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.) e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas- https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/196-a-2015-67666075

Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro- Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo- https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2019-124716448

Lei n.º 2/2020, de 31 de março- Orçamento do Estado para 2020- https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/2-2020-130893436

Lei n. º 37/2025, de 31 de março- Possibilita que familiares e pessoas candidatas à adoção possam ser famílias de acolhimento e reforça os direitos das crianças e jovens em acolhimento, alterando a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro.- https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/37-2025-913048481

Declaração universal dos direitos humanos- Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

Publicada no Diário da República, I Série, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.- https://dcjri.ministeriopublico.pt//sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf

Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos início de vigência na ordem internacional 23-03-1976. Data de assinatura por Portugal, 07-10-1976 - Lei n.° 29/78 de 12 de Junho https://files.diariodarepublica.pt/1s/1978/06/13301/00010018.pdf

Convenção sobre os Direitos da Criança- Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990- https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

Assembleia geral das nações unidas – Resolução 64/142: Diretrizes para o cuidado alternativo de crianças. 2010 https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/DIRECTRIZES%20PARA%20CUIDADOS%20ALTERNATIVOS-NAC%CC%A7O%CC%83ES%20UNIDAS.docx.pdf

Diretrizes Europeias para a Transição dos Cuidados Institucionais para os Cuidados Comunitários- European Expert Group on the Transition from Institutional to Community-based Care, November 2012- https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/2012-12-07-guidelines-11-123-2012-final-web-version_0.pdf?utm_source=chatgpt.com

Comissão europeia – Recomendação de 20 de fevereiro de 2013 (2013/112/UE). In Jornal Oficial da União Europeia. L59/5. 2013. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2013:059:FULL&from=PT

Comité dos direitos da criança – Tradução das Observações finais sobre o terceiro e quarto relatórios periódicos de Portugal, Convenção sobre os Direitos das Crianças https://storage.googleapis.com/amcv-backend.appspot.com/CDC%20-%20Traduc%CC%A7a%CC%83o%20Recomendac%CC%A7o%CC%83es.pdf

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia - Jornal Oficial das Comunidades Europeias (2000/C 364/01) - https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf

Referências Bibliográficas

Almeida, J. F. (2013). *Ética da investigação em ciências sociais*. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia. Sociologia Online, 6*, 66 –99. https://revista.aps.pt/wp-content/uploads/2017/09/N6_art-4_Jorge-Almeida.pdf

Alves, I. A. T. (2024). O acolhimento familiar de crianças e jovens em perigo: Uma análise multifacetada da implementação da medida em Portugal [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. https://hdl.handle.net/10316/116302

Anjos, C. F. (2020). Ser família de acolhimento: Representações, facilitadores e barreiras percebidos [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. http://hdl.handle.net/10071/21057

APSS. (2019). Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal. Federação Internacional de Assistentes Sociais (IFSW). https://www.ifsw.org/wp-content/uploads/2018/01/CDAS-1.pdf

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70. https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf

Barudy, J., & Dantagnan, M. (2010). Los buenos tratos a la infancia: Parentalidad, apego y resiliencia. Gedisa Editorial.

Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 11(3), 23–38.

Batalhas, R. C. V. (2008). Acolhimento familiar: Práticas e representações das famílias de acolhimento [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. http://hdl.handle.net/10071/1630

Berrick, J. D., & Skivenes, M. (2012). Dimensions of high-quality foster care: Parenting plus. Children and Youth Services Review, 34(9), 1956–1965. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.06.008

Bertão, A., Delgado, P., Carvalho, J. M. S., & Pinto, V. S. (2015). O contacto no acolhimento familiar de crianças e jovens. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 6(1), 193–209. https://doi.org/10.34628/6cfp-4g30

Casado, B. F. B. R. (2025). Modelo Integrado do Acolhimento Familiar: Avaliação da formação inicial pelos profissionais e candidatos a família de acolhimento [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. http://hdl.handle.net/10400.14/56111

Chaves, S. P. (2018). Constrangimentos e potencialidades associados à medida de acolhimento familiar de crianças e jovens [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. http://hdl.handle.net/10071/17110

Chumbo, N. M. (2025). Famílias de acolhimento: Uma análise do serviço social [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. http://hdl.handle.net/10071/35641

Coutinho, C. P. (2015). Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática. Almedina.

Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out-of-home child care: An international comparative analysis. Psychosocial Intervention, 22(3), 251–257. https://doi.org/10.5093/in2013a28

Delgado, P. (2007). Acolhimento familiar: Conceitos, práticas e (in)definições. Profedições.

Delgado, P. (2010a). O acolhimento familiar em Portugal: Conceitos, práticas e desafios. Psicologia & Sociedade, 22(2), 336–344. https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200014

Delgado, P. (2010b). A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: Reflexões, mitos e desafios. Temas em Psicologia, 18(2), 457–467.

Delgado, P. (2011). O acolhimento familiar de crianças: Uma perspetiva ecológica. Profedições.

Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. S. (2014). Crescer em família: A permanência no acolhimento familiar. Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria, 123–150.

Delgado, P., & Gersão, E. (2018). O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal: Novos discursos, novas práticas? Análise Social, 53(1), 112–134.

Delgado, J. P. F. (2020). O acolhimento familiar de crianças em Portugal: Evidências e desafios. Polêm!ca, 20(1), 23–42. https://doi.org/10.12957/polemica.2020.55975

Diogo, E. S. (2017, janeiro). Ser família de acolhimento de crianças em Portugal: Motivações e expectativas [Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório da Universidade Católica Portuguesa. http://hdl.handle.net/10400.14/25873

Diogo, E., & Branco, F. (2019). How do people become foster carers in Portugal? The process of building the motivation. Social Sciences, 8(1), 1–15.

Diogo, E., & Branco, F. (2023). "A highly demanding measure": Practitioner contributions to improving practice and policy for foster families. Cuadernos de Trabajo Social, 36(1), 123–132.

Ferreira, J. M. L. (2009). Serviço social e modelos de bem-estar para a infância: Modus operandi do assistente social na promoção da proteção à criança e à família [Tese de doutoramento, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. http://hdl.handle.net/10071/3590

Fonseca, J. J. S. (2002). Metodologia da pesquisa científica. Universidade Estadual do Ceará. http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas.

Gonçalves, G. A. M. (2020). O direito das crianças a uma família: Perceções acerca da medida de acolhimento familiar [Dissertação de mestrado, ISCSP – Universidade de Lisboa]. http://hdl.handle.net/10400.5/20555

Idañez, M. J., & Ander-Egg, E. (2008). Diagnóstico social: Conceitos e metodologias (3.ª ed. rev. e ampl.). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

Instituto da Segurança Social (ISS). (2025). Relatório CASA 2024. Instituto da Segurança Social, I. P. https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/0/Relat%C3%B3rio+Casa+2024/d672f9d9-ef67-474c-8b78-65dee1f040bb

Junior, E. B. L., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, 20(44), 36–51.

Leschied, Alan, et al. (2014), Rescuing a Critical Resource: A Review of the Foster Care Retention and Recruitment Literature and its Relevance in the Canadian Child Welfare Context, University of Western + University of Ottawa, Canadian Foster Family Association

Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Conhecimentos e perceções públicas acerca do acolhimento familiar: Contributos para o desenvolvimento da medida. Análise Psicológica, 37(1), 81–92. https://doi.org/10.14417/ap.1564

Oliveira, S. (2012). O direito a uma família: Significados, discursos e práticas do acolhimento familiar [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. https://hdl.handle.net/1822/24498

Padgett, D. K. (2008). Advocacy research. In L. Given (Ed.), The SAGE encyclopedia of qualitative research methods (pp. 8–11). Rolf A. Janke. https://doi.org/10.4135/9781412963909

Ribeiro, E. A. (2008). A perspetiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência Araxá, 4, 129–148.

Rodrigues, V. M. A. (2025). O (necessário) alinhamento entre políticas públicas e lei: O caso concreto da medida de acolhimento familiar em Portugal [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. http://hdl.handle.net/10174/38081

Santos, C. M. N. (2023). Famílias de acolhimento em Portugal: Um estudo sobre satisfação, dificuldades e intenção de continuar a acolher [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório UCP. http://hdl.handle.net/10400.14/43250

Shirley, A. O. (2015). Intervenção com crianças e suas famílias: Qual a melhor estratégia? In M. I. Carvalho (Ed.), Serviço social com famílias (pp. 89–110). Pactor.

Silva, L. F. da, & Russo, R. de F. S. M. (2019). Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa. Revista de Gestão e Projetos, 10(1), 1–6. https://doi.org/10.5585/gep.v10i1.13285

Teixeira, E. B. (2003). A análise de dados na pesquisa científica: Importância e desafios em estudos organizacionais. Desenvolvimento em Questão, 1(2), 177–200.

Vilelas, J. (2009). Investigação: O processo de construção do conhecimento. Edições Sílabo.

Yin, R. K. (2014). Case study research: Design and methods (5th ed.). Sage.

Anexos

Anexo A- Autorização Institucional



Autorização Institucional para Recolha de Dados

Identificação do estudo:

Título: O Acolhimento Familiar na 1ª Pessoa

Discente: Marta Sofia Cunha Marques- Mestrado em Serviço Social – ISCTE-IUL

E-mail: mscms3@iscte-iul.pt

Orientador: Professor Doutor Jorge Ferreira- ISCTE- IUL

Eu, Marta Marques, estudante do Mestrado em Serviço Social na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, solicito autorização ao Programa de Acolhimento Familiar da Instituição de Enquadramento das Aldeias de Crianças SOS da Guarda para realizar a recolha de dados necessários ao desenvolvimento da minha dissertação de mestrado.

O estudo tem como objetivo compreender: As experiências das Famílias de Acolhimento acompanhadas pela Instituição suprarreferida; Perceções sobre o acompanhamento técnico; desafios, recursos e impacto da medida de acolhimento familiar bem como propostas de melhoria.

A recolha de dados consiste na realização de entrevistas semiestruturadas às famílias de acolhimento em exercício às quais a Instituição presta acompanhamento, com duração média de 30 a 45 minutos, o registo de áudio será realizado apenas mediante consentimento informado e as entrevistas poderão ser presenciais ou por Teams ajustando-se à disponibilidade das Famílias. Não haverá qualquer identificação das famílias bem como das crianças acolhidas.

A discente compromete-se a: Assegurar o anonimato total de todos os participantes; encriptar e pseudonimizar todos os dados; destruir os ficheiros áudio após transcrição; utilizar a informação exclusivamente para fins académicos; cumprir o **Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE**; respeitar o **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)**; fornecer a cada participante: termo de consentimento informado, nota de debriefing, explicação dos direitos enquanto participante.

iscte
SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Autorização Institucional

A Coordenação do Programa de Acolhimento Familiar das Aldeias de Crianças SOS – Guarda declara que:

☒ **Autoriza**
☐ **Não autoriza**

a realização da recolha de dados descrita no presente documento.

Assinatura da Instituição

Coordenador(a) / Responsável pelo Programa de Acolhimento Familiar Aldeias de Crianças SOS – Guarda

Nome: Miriam Gonzaga

Cargo: Coordenadora Nacional de Acolhimento Familiar das Aldeias de Crianças SOS

Assinatura: Miriam Gonzaga

Data: 07 / 02 / 2026

Carimbo da Instituição: ALDEIAS DE CRIANÇAS SOS
Associação das Aldeias de Crianças SOS de Portugal
NIF: 500 848 812 | Tel: 1 361 6950
1300-329 Lisboa

Assinatura da Discente

Maria Sofia Cunha Marques

Data: 07 / 02 / 2026

Anexo B- Consentimento Informado

iscte
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Consentimento Informado

Eu Marta Sofia Cunha Marques, aluna do Mestrado em Serviço Social no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, encontro-me a realizar uma dissertação de mestrado sobre o acolhimento familiar, sob a orientação científica do Doutor Jorge Ferreira, Professor Associado desta Instituição.

O objetivo do estudo é compreender as perceções e experiências das famílias de acolhimento relativamente à medida de acolhimento familiar e ao acompanhamento técnico prestado pela IEAF das Aldeias de Crianças SOS da Guarda.

A participação e voz das famílias é fundamental para aprofundar o conhecimento científico nesta área, contribuindo para a melhoria das práticas e políticas de acolhimento familiar.

A sua participação consiste na realização de **uma entrevista semiestruturada**, com duração aproximada de **30 a 45 minutos**, sobre a sua experiência enquanto família de acolhimento e o acompanhamento técnico recebido. A entrevista será **gravada em áudio**, apenas com a sua autorização, para garantir a fidelidade da transcrição.

Não existem riscos previsíveis associados à participação. Poderá, contudo, interromper a entrevista ou recusar responder a qualquer questão que considere desconfortável.

Os dados pessoais recolhidos serão tratados em conformidade com o **Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD – UE 2016/679)** e utilizados **exclusivamente para fins de investigação académica.** As gravações e transcrições serão **anonimizadas**, não sendo divulgados nomes, locais ou informações que permitam a sua identificação.

Os dados serão conservados **até à conclusão e defesa pública da dissertação**, sendo posteriormente eliminados. O Iscte é o responsável pelo tratamento dos dados, e garante a sua confidencialidade e segurança.

O Encarregado de Proteção de Dados do Iscte pode ser contactado através de dpo@iscte-iul.pt. Tem ainda o direito de solicitar o acesso, retificação ou eliminação dos seus dados, bem como o direito de apresentar reclamação à **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)**.

A sua participação é **inteiramente voluntária**. Pode desistir da participação ou retirar, o consentimento a qualquer momento **sem qualquer consequência** e sem necessidade de justificação. A desistência não compromete a legalidade do tratamento dos dados anteriormente realizados.

Qualquer dúvida poderão contactar-me através do e-mail: mscms3@iscte-iul.pt

Declaração de Consentimento:

Declaro que:

- Fui devidamente informado/a sobre os objetivos e procedimentos do estudo;
- Compreendo que a minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento;
- Autorizo a utilização dos dados recolhidos exclusivamente para fins científicos e académicos, com garantia de confidencialidade e anonimato.

Autorizo a gravação da entrevista em áudio:
☐ Sim ☐ Não

Autorizo a utilização das minhas respostas para fins de investigação e publicação científica:
☐ Sim ☐ Não

Local: _____ **Data:** ____ / ____ / _____

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Investigadora responsável: _____
Assinatura: _____

Este consentimento cumpre o disposto no artigo 13.º do RGPD, na Lei n.º 21/2014, de 16 de abril.

Anexo C- Guião de Entrevista Semiestruturada aplicada às Famílias de Acolhimento

iscte
SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Guião de Entrevista Semiestruturada

Estudo: O AF na 1ª Pessoa
População-alvo: Famílias de Acolhimento (FA) – Aldeias de Crianças SOS da Guarda
Duração média: 30–45 min
Registo: Áudio (com consentimento)

Introdução: Esta entrevista faz parte de uma investigação sobre o acolhimento familiar. Pretende compreender as experiências e perceções das famílias de acolhimento relativamente ao acompanhamento técnico e ao impacto deste processo nas suas vidas.

A sua participação é voluntária e confidencial. As respostas serão tratadas de forma anónima e usadas apenas para fins académicos.

Pode interromper a entrevista a qualquer momento. Com a sua autorização, será feita gravação áudio apenas para garantir a exatidão da transcrição.

Bloco A — Identificação e motivação

1. Há quanto tempo acolhe crianças?
2. O que a motivou a tornar-se família de acolhimento?
3. Como foi o processo de candidatura e seleção?

Bloco B — Experiência de acolhimento

5. Como foi a chegada da criança e a fase inicial de adaptação?
6. Que mudanças sentiu na vida conjugal e familiar?
7. Quais os aspetos mais positivos e os menos positivos desta experiência?
8. Que estratégias utiliza na sua vida quotidiana para lidar com desafios do dia-a-dia?

Bloco C — Relação com a família de origem

9. Como descreve a sua /vossa experiência vivida com a família biológica da criança?
10. Que sentimentos ou desafios surgem nesses momentos?
11. Que tipo de apoio técnico recebe para gerir as dificuldades criadas?

Para o caso em que a criança não tem contactos com a FO:

- Sabe se a criança chegou a ter contacto anterior com a família biológica?
- Como é que a ausência de contacto influencia, na sua opinião, o bem-estar da criança?
- A criança manifesta curiosidade ou sentimentos em relação à família de origem?

- Os técnicos têm falado consigo sobre esta questão? De que forma a IEAF tem apoiado essa dimensão?

Bloco D — Acompanhamento técnico

12. Quais os aspetos positivos que podem destacar do acompanhamento técnico prestado pela IEAF?
13. Há algo que sente que falta no acompanhamento ou formação?
14. Como caracteriza a relação com os assistentes sociais e outros técnicos?

Bloco E — Instituição de Enquadramento

15. Como olham para o trabalho desenvolvido pelas Aldeias de Crianças SOS?
16. Como conheceram e o que significa para vocês?

Bloco F — Encerramento

17. Pode falar-me um pouco sobre a sua família?

18. Há alguma coisa que não tenhamos abordado e que considere importante partilhar?

19. Se pudesse contribuiu para a melhoria da medida e do acompanhamento técnico, que recomendações deixaria?

Debriefing:

Caso algum tema tenha suscitado algum desconforto, a mestranda assegurará um momento de escuta e de contenção emocional.

Será reforçado que a participação é confidencial e anónima, as respostas são para fins académicos, dispõe de direito de retirar os dados até ao momento da análise final e que poderá entrar em contacto com a mestranda caso surja alguma questão, dúvida ou necessidade posterior à entrevista.

Mensagem final: Agradeço imenso a sua disponibilidade, sinceridade e partilha. O vosso testemunho é essencial para valorizarmos não só papel das famílias como também para melhorarmos o acompanhamento técnico prestado e a medida em si